



CPLP REVISTA

Alinhamento com o Desenvolvimento Sustentável

ESTRATÉGIAS MULTILATERAIS AVANÇAM

Cimeiras CPLP



I CCEG **17 DE JULHO 1996, EM LISBOA, PORTUGAL.**

Foi acordada a criação da CPLP pelos representantes dos sete Estados-Membros fundadores: Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. A CPLP torna-se o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros.



II CCEG **16-17 DE JULHO DE 1998, NA CIDADE DA PRAIA, CABO VERDE.**

A Cimeira, centrada nas questões da Educação, aprova a cooperação entre as instituições de Ensino Superior no espaço da comunidade e, entre outras medidas, o Acordo Geral de Cooperação da CPLP.



III CCEG **17-18 DE JULHO 2000, EM MAPUTO, MOÇAMBIQUE.**

O seu lema foi "Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização". O líder da Resistência timorense, Xanana Gusmão, assiste como Convidado.



IV CCEG **31 DE JULHO A 1 DE AGOSTO DE 2002, EM BRASÍLIA, BRASIL.**

No plano político, é a cimeira da Paz: pela primeira vez não há mais guerra no espaço da CPLP e Timor-Leste, independente, junta-se aos sete fundadores como oitavo Estado-Membro da Comunidade. É aprovado o programa conjunto de luta contra a SIDA.



V CCEG **26-27 DE JULHO 2004, EM SÃO TOMÉ, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.**

O seu lema é a Sociedade da Informação, declarando-se o "interesse em promover um exercício renovado da democracia por meio das tecnologias de informação e das comunicações, criando novos canais de diálogo entre a sociedade e o Estado e ampliando e aprimorando a prestação de serviços públicos por via electrónica".



VI CCEG **16-17 DE JULHO DE 2006, EM BISSAU, GUINÉ-BISSAU.**

A Comunidade adotou formalmente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, identificando a partir desta data projectos e programas, constantes do Plano Indicativo de Cooperação (plurianual), para a erradicação da fome e pobreza, bem como a promoção da igualdade de género, redução da mortalidade infantil, melhoria do acesso a saúde, entre outras medidas.



VII CCEG **25 DE JULHO DE 2008, EM LISBOA, PORTUGAL.**

O tema da cimeira, "A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global", permitiu a adopção de uma Declaração sobre a Língua Portuguesa, que consagra o compromisso de uma actuação conjunta com vista a uma efectiva universalização da Língua Portuguesa, através de medidas concretas e exequíveis.



VIII CCEG **23 DE JULHO DE 2010, EM LUANDA, ANGOLA.**

Sob o tema "Solidariedade na Diversidade no Es-

paço da CPLP", consolidou-se a importância da defesa e promoção da Língua Portuguesa e o crescente desenvolvimento das relações entre os Estados-Membros, traduzido na potencial cooperação económica, técnico-científica, cultural, comercial, de circulação de pessoas e investimentos.



IX CCEG **20 DE JULHO DE 2012, EM MAPUTO, MOÇAMBIQUE.**

Os Chefes de Estado e de Governo aclamaram "A CPLP e os desafios de Segurança Alimentar e Nutricional" como lema para o biénio sob presidência moçambicana, ambicionando contribuir para a concretização do direito humano à alimentação adequada e para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade.



X CCEG **23 DE JULHO DE 2014, EM DÍLI, TIMOR-LESTE.**

Na primeira cimeira realizada na Ásia, a escolha de "A CPLP e a Globalização" como tema da X Conferência implicou o reconhecimento da necessidade de dotar a CPLP de uma estratégia sobre a cooperação económica e empresarial e identificar possíveis mecanismos para o apoio ao investimento e negócios no espaço comunitário, com vista a dinamizar a inserção da CPLP no contexto da Globalização, onde se insere a Língua Portuguesa. A Guiné Equatorial é admitida tornando-se Estado-Membro de pleno direito.



XI CCEG **31 DE OUTUBRO E 1 DE NOVEMBRO DE 2016, EM BRASÍLIA, BRASIL.**

Na cimeira decorrida em 2016, em Brasília, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP declararam constituir a Agenda 2030 um "plano de ação global e visão comum para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030 em suas três dimensões: social, económica e ambiental". Nesta reunião de cúpula, decorrida no ano do vigésimo aniversário da Organização, foi aprovada a Visão Estratégica da CPLP para a próxima década (2016-2026).



XII CONFERÊNCIA
DE CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO DA CPLP
ILHA DO SAL • CABO VERDE

06

A CPLP e a
Presidência
Pro Tempore
Cabo-Verdiana
para o Biénio
2018-2020



08

Mobilidade de
Pessoas Progride



21

CPLP, SEGIB e
OIF juntas na
promoção do
Multilinguismo,
Desenvolvimento
Sustentável e
Juventude



27

Língua
Portuguesa
celebrada no
Mundo



COMISSÃO DE
PATRIMÓNIO CULTURAL
DA CPLP

35

Promoção do
Património
Cultural com
Comissão



41

CPLP apresenta
Declaração ao 8º
Fórum Mundial
da Água



XI JOGOS
DESPORTIVOS
CPLP S.TOMÉ
E PRÍNCIPE 2018

44

Desporto
fomenta
Solidariedade



45

Saúde com
consolidação
estratégica



53

CPLP exponencia
cooperação no
Comércio

em destaque

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - Palácio Conde de Penafiel, Rua de S. Mamede (ao Caldas), nº 21, 1100 - 533 Lisboa, Portugal.

Telf: + 351 21 392 85 60 / **Correio Eletrónico:** imprensa@cplp.org / **Direção:** Maria do Carmo Silveira / **Coordenação:** António Ilharco

Redação: António Ilharco e Natacha Sousa / **Design:** Luís Covas / **Paginação e Impressão:** SIG - Sociedade Industrial Gráfica, Lda.

Tiragem: 3.000 exemplares / **ISSN:** 2182-2620 / **Depósito Legal:** 346486/12 / www.cplp.org



Trilhando novos caminhos

No dealbar dos seus 22 anos de existência, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pode orgulhar-se de ter conseguido consolidar-se como uma organização capaz de construir consensos internos e afirmar a sua presença no cenário internacional.



A sua existência tem sido reconhecida por um número crescente de países, que tem manifestado, de forma inequívoca, o seu interesse em aproximar-se da CPLP e a ela aliar-se por meio da obtenção do estatuto de Observador Associado.

A CPLP representa hoje cerca de 300 milhões de cidadãos de nove Estados distribuídos por quatro continentes e inseridos em contextos regionais específicos.

Singular na sua configuração geográfica, a CPLP caracteriza-se também por uma enorme diversidade interna. Os Estados que a integram apresentam níveis muito distintos de desenvolvimento social, económico e institucional.

O idioma comum e os laços históricos e culturais que unem os Estados-Membros são, sem sombra de dúvida, fatores que fornecem uma base sólida sobre a qual construir um projeto coletivo. Mas creio, também, que o fermento que permitiu que esses fatores facilitadores iniciais flo-

rescessem e dessem frutos foi a vontade política dos idealizadores e criadores da Comunidade, e alimentada pelos seus sucessores, de constituir um organismo horizontal e democrático, onde todas as vozes fossem igualmente ouvidas e as decisões tomadas coletivamente.

Essa vontade política que privilegia as afinidades em detrimento das diferenças, sem ignorá-las ou desrespeitá-las, permitiu avanços substantivos que se refletem em ações concretas de cooperação *lato sensu* para o fortalecimento das instituições políticas, a formação de agentes públicos melhor preparados e a elaboração de políticas públicas mais eficientes. Possibilitou a recente adoção de medidas que poderão, a médio prazo, impulsionar a difusão da língua portuguesa e favoreceu a formulação de posições comuns em foros internacionais que projetam a Comunidade e os seus Estados-Membros.

Entretanto, como qualquer organismo intergovernamental, a CPLP reflete, na sua atuação, a convergência possível

dos diferentes interesses nacionais que nela se projetam. A situação interna e a inserção internacional, real ou desejada, de cada Estado-Membro condicionarão sempre o seu envolvimento e o seu nível de engajamento em qualquer organização em que participe.

Destarte, a CPLP não poderia ficar imune às profundas transformações vividas pelo sistema internacional e à evolução da situação interna dos seus Estados-Membros nas últimas duas décadas.

É nesta perspetiva que se procedeu a um profundo esforço de reflexão e debates que culminaram com a adoção de uma Nova Visão Estratégica para a CPLP para o decénio 2016-2026, na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília, no final de 2016.

A Nova Visão Estratégica define as áreas prioritárias de intervenção para a década 2016-2026, assentando na ideia de que, para ser mais eficiente no seu propósito primordial de promover o desenvolvi-

to dos Estados-Membros e de bem-estar social dos seus cidadãos, a CPLP deve renovar-se permanentemente, de modo a ajustar-se aos novos desafios que se colocam para a consecução dos seus objetivos.

No seguimento da adoção da Nova Visão Estratégica, o Conselho de Ministros da CPLP aprovou, em julho de 2017, também em Brasília, um documento de operacionalização desta Nova Visão, que traduz em iniciativas e ações as diretrizes e orientações estabelecidas pelos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade.

O referido documento proporciona à CPLP, em geral, e ao Secretariado Executivo, em particular, um mapa e um enquadramento para o planeamento, a implementação e o acompanhamento das suas atividades.

Outrossim, temos trabalhado também para incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas nas estratégias e programas de cooperação da CPLP, de modo a fazê-los convergir com a agenda global de cooperação.

Conjugadas, a Nova Visão Estratégica e a Agenda 2030 fornecem o quadro orientador geral para a atuação da CPLP na sua terceira década de existência.

Trata-se, sem dúvida, de um programa ambicioso, que exigirá esforço e engajamento por parte dos Estados-Membros e do Secretariado Executivo.

A experiência recente em algumas áreas, como a segurança alimentar e nutricional, o fomento do setor audiovisual, para mencionar apenas algumas, demonstra que, juntos, podemos conseguir avanços significativos, desde que se conjuguem a vontade política, as competências diversas distribuídas pelos nossos Estados-Membros e os meios adequados para a ação.

Desde janeiro de 2017, tenho tido a honra de exercer a função de Secretária Executiva da CPLP. Nessa qualidade, tive a oportu-

nidade de visitar a quase totalidade dos Estados-Membros e de dialogar com autoridades governamentais e membros da sociedade civil. Pude entrar em contato com diferentes visões e perspectivas sobre o papel a ser desempenhado pela CPLP.

Esta rica experiência convenceu-me, em primeiro lugar, do enorme potencial da CPLP, em virtude da sua singularidade geoestratégica e cultural, de cumprir plenamente a sua missão e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento dos Estados-Membros e para o bem-estar dos seus cidadãos.

Entretanto, pude constatar, também, que a CPLP necessita aproximar-se mais do quotidiano dos cidadãos a quem deve servir, proporcionando resultados mais concretos e palpáveis para todos.

Nesse sentido, considero essencial que a CPLP consiga, com alguma urgência, avanços no que se refere à mobilidade dos seus cidadãos. Implementar plenamente e aprofundar os mecanismos de facilitação da circulação de pessoas no espaço da CPLP parece-me ser uma prioridade que espero ver abraçada pelo conjunto dos Estados-Membros no curto prazo.

A NOVA VISÃO ESTRATÉGICA E A AGENDA 2030 FORNECEM O QUADRO ORIENTADOR DA CPLP

Identifico, ainda, a promoção da cooperação económica e empresarial como uma área a ser estimulada. O aumento dos fluxos de comércio e investimento entre os nossos países, ainda longe de atingir o seu potencial, terá certamente um impacto considerável no fortalecimento da Comunidade, para além dos ganhos puramente económicos. Setores empresariais dos Estados-Membros da CPLP têm-se organizado para formular propostas concretas nesse sentido; cabe agora aos

governos avaliar de que modo reagir a estas propostas.

Ao longo dos últimos 18 meses tive, também, a feliz oportunidade de desenvolver um estimulante diálogo com outras organizações de base linguística e cultural, nomeadamente com a Organização Internacional da Francofonia (OIF), a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a Commonwealth. Em junho de 2017, as Secretárias-Gerais destas organizações e eu, na qualidade de Secretária Executiva da CPLP, lançamos o "Apelo por um Humanismo Universal", uma resposta conjunta aos desafios e ameaças do mundo contemporâneo. No seguimento do Apelo, temos procurado identificar áreas e atividades para ações comuns, focadas especificamente nos jovens e nas mulheres, que constituem a maioria das nossas populações.

Estou convencida do imenso potencial da CPLP, ao qual diversos países e organismos internacionais parecem também estar atentos. Venho procurando promover no Secretariado Executivo o desenvolvimento de instrumentos e ferramentas de trabalho que possam favorecer a plena realização deste potencial e tenho encontrado nos Estados-Membros o apoio e os estímulos necessários para renovar a cada dia o compromisso e o engajamento com a nossa missão, os nossos princípios e os nossos objetivos.

Manifesto, aqui, a minha gratidão aos Estados-Membros pela confiança em mim depositada. Deixo também uma nota de profundo reconhecimento e agradecimento à equipa do Secretariado Executivo pela dedicação e empenho quotidianos.

Tenho confiança no futuro da CPLP. E acredito que o caminho que se iniciou em 1996 continuará, acrescentando novos rumos aos inicialmente definidos.

Maria do Carmo Silveira
Secretária Executiva da CPLP



A CPLP E A PRESIDÊNCIA *PRO TEMPORE* CABO-VERDIANA PARA O BIÊNIO 2018-2020



A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nasceu sob o desígnio da cultura, tendo como elemento agregador a língua portuguesa reforçada pelos laços históricos e pelo desejo de união de esforços para, num espírito de solidariedade e cooperação, expandir os horizontes desse património comum, potenciando vantagens acrescidas aos povos que compõem esta grande Comunidade.

É bastante evidente o crescimento que a CPLP vem registando; uma organização que nasceu com sete países (embora por força da circunstância de um dos países fundadores, Timor-Leste, estar sob domínio estrangeiro, mas que logo que possível integrou a Comunidade, que era a sua por direito histórico e cultural), hoje conta com nove membros plenos e dez membros associados e na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se em Santa Maria, em Cabo Verde, a 17 e 18 de julho próximo, está previsto acolher mais sete ou oito países associados, entres os quais uma organização internacional. Estes países, embora não tenham qualidade de voto, podem participar das reuniões e a nova estratégia da CPLP orienta-se no sentido da valorização

do seu papel, designadamente incentivando a sua participação nos projetos de cooperação no quadro da Comunidade. Isto para não mencionar os observadores consultivos que, de ano para ano, vêm crescendo exponencialmente.

Os avanços da Organização estão, portanto, à vista, merecendo destaque não só a concertação político-diplomática, mas também a cooperação multilateral. A busca incessante de soluções comuns tem norteado as relações entre os Estados-Membros, delineando-se, desse modo, políticas estratégicas comuns nos diferentes setores nacionais, que visam, igualmente, incorporar projetos e ações estruturantes, apostando principalmente na capacitação dos recursos humanos e em temas transversais, na senda de um desenvolvimento sustentável de e para os povos da CPLP. Neste quadro é de realçar que a CPLP vem dispensando também uma maior atenção a setores sensíveis como a Juventude e o Género.

Verifica-se uma cada vez maior articulação entre a definição das estratégias comunitárias acima referidas e os planos estratégicos nacionais dos Estados-Membros da CPLP, que, sua vez, estão engajados em políticas e programas de intervenção conjunta, tanto a nível nacional como nos seus respetivos espaços regionais de integração.

No entanto, temos que reconhecer que é preciso ir mais longe e alargar essa dinâmica a outras áreas, como nos indica a Nova Visão Estratégica da CPLP para o período de 2016-2026, e, Cabo Verde, no biénio da sua presidência *pro tempore*, pretende precisamente dar um novo impulso a áreas como a Cultura, as Pessoas

e os Oceanos, adotando-as como temas para presidência na CPLP.

O Mar constitui um recurso fundamental para o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos países da CPLP, motivo pelo qual uma estratégia política conjunta no âmbito dos oceanos da CPLP se mostra crucial para a sua gestão sustentável e dos seus recursos e, bem assim, na construção de novos empregos e oportunidades para as populações.

As políticas comunitárias podem dar um aporte importante às políticas nacionais, designadamente através da sua aplicação na abordagem multissetorial e da cooperação internacional; na promoção da constituição de áreas marinhas protegidas nos espaços sob soberania e jurisdição nos Estados-Membros da CPLP; e, mais uma vez, na capacitação dos recursos humanos. Podemos, em conjunto, assegurar de forma mais eficaz a vigilância marítima, o combate aos tráficos ilícitos e conjugar esforços na prevenção das ameaças.

A CPLP, tendo em mente a crescente necessidade de a Organização veicular posições concertadas entre os seus membros, constitui palco fértil para a defesa de posições a uma só voz no tocante à economia azul, preconizada pelos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, para que tenha cada vez maior eco ao nível internacional, com vista à adoção de políticas responsáveis, no sentido de preservação do ecossistema.

A este propósito recordamos o que aconteceu ultimamente no 8º Fórum Mundial da Água, ocorrido em Brasília, em março de 2018, em que os Ministros do ambiente renovaram o compromisso de, até

2030, criar condições para garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e uma política de saneamento para todos os cidadãos dos países de língua portuguesa, em ordem a alcançar o ODS 6.

No que respeita à Cultura, deve destacar-se na CPLP como um recurso estratégico, de modo a explorar as suas potencialidades e deve ser orientada para o desenvolvimento e, neste desiderato, é vital a participação ativa da sociedade civil. Devem ser fomentadas parcerias público-privadas que visem a promoção de difusão da Cultura e estimulem e valorizem o património cultural.

Se é certo que existem muitos elementos culturais que nos unem, é certo também que a nossa diversidade cultural é a nossa maior riqueza e que ela igualmente nos irmana. As culturas de todos os países membros da CPLP é, assim, a perfeita unidade na diversidade de que fala a convenção da UNESCO para a proteção do património cultural subaquático e a Convenção, também da UNESCO, para a Salvaguarda do património Cultural.

Mas também precisamos de estimular a empresarialização dos agentes culturais, criar incentivos aos criadores e difusores da cultura, promover desenvolvimento de infraestruturas culturais e com certeza, reforçar a língua portuguesa enquanto veículo cultural.

Um outro aspeto que deve continuar a merecer crescente atenção da CPLP é o de maximizar as oportunidades que existem neste espaço, através de uma diplomacia focada no desenvolvimento e nas parcerias.

Cabo Verde, um país sem recursos naturais, é, porém, conhecido por ser um país onde a cultura é o seu maior recurso. E, durante a presidência, o país irá apresentar uma agenda forte para este tema. Uma agenda inclusiva que destaque a Cultura na CPLP, com eventos de cariz internacional, que catapultem a cultura no espaço comunitário e a deem a conhecer à escala global. Uma agenda onde todos se revejam, à qual cada um possa em-

prestar o que lhe é identitário como povo e como Nação e, ao mesmo tempo, à qual possamos transmitir aquilo que nos identifica a todos, como povos da CPLP, e nos define ao nível cultural também enquanto Comunidade.

Como país que acolhe a sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), Cabo Verde tem contribuído para a revitalização desta Instituição na realização dos seus principais objetivos e, durante o biénio da presidência, iremos investir mais ainda na recuperação do edifício - já demos início aos trabalhos. Iremos também dar ao Instituto o enforque que merece no que respeita à cultura e à língua portuguesa, em particular, no programa da presidência para a Cultura. Aqui aproveitamos a oportunidade para louvar o trabalho da atual Diretora Executiva do IILP que tem envidado todos os esforços para imprimir a esta Instituição a dinâmica que deve ter na nossa Comunidade, porquanto constitui o seu instrumento privilegiado na valorização e disseminação do elemento essencial à sua existência - a língua portuguesa.

A agenda da presidência de Cabo Verde para a CPLP, contempla o tema das Pessoas, e falar de pessoas, é falar de cidadania, e, no quadro de qualquer organização com a natureza da CPLP, ela só se poderá materializar com a livre circulação. Todavia, estamos cientes que até lá temos um longo caminho a percorrer. A proposta de Cabo Verde é que se faça esse caminho paulatinamente, à velocidade de cada um. Para isso, é preciso refletir para se encontrar soluções e é isso que a presidência irá propor, que o tema seja abordado e seja analisado.

O tema não é novo, desde a sua fundação, a CPLP tem ambicionado facilitar a circulação das pessoas no seu espaço como forma de reforçar os laços de solidariedade e fraternidade entre todos os Povos, alavancando as oportunidades para os Estados, para as Empresas e para os Cidadãos. As economias dos nossos países terão, na mobilidade, que perpassa todos os setores, uma mais-valia seguramente.

Estamos igualmente cientes das limitações impostas pelas obrigações regionais e pela escalada do terrorismo internacional e do crime organizado, contexto que impõe medidas extraordinárias. Todavia, estes devem constituir desafios ultrapassáveis desde que haja uma vontade política na direção da mobilidade, ou seja, do intercâmbio intenso de pessoas, bens, serviços, capital, ciência e tecnologia. Claro que não é fácil, pois que cada Estado se caracteriza pela sua própria singularidade, com potencialidades e fragilidades, com a sua própria especificidade, o que lhe impõe o dever de trilhar caminho com coragem, mas também com cautela e segurança.

Por último, devo dizer apenas que a presidência será um enorme desafio para Cabo Verde, tendo em conta a excelência das presidências que nos precederam, por exemplo, de Timor-Leste e do Brasil, que apostaram em temas muito fortes, como foi a reflexão sobre o inquestionável potencial económico e empresarial do espaço CPLP, aquando da presidência *pro tempore* de Timor-Leste, e a abordagem ao tema dos Objetivos Sustentáveis e a Agenda 2030, trazidos pela presidência brasileira, que investiu na capacitação como estratégia para um melhor desempenho dos países da Comunidade na gigantesca mas nobre tarefa de alcançar os ODS.

Cabo Verde espera honrar o espírito que sempre presidiu a CPLP e dar um contributo que favoreça a projeção da Comunidade como instância internacional de cada vez maior prestígio, mas também como terreno comum de convivência dos povos que têm a língua portuguesa como veículo de comunicação oficial, de partilha de ideias e de valores, de projeção de sonhos comuns, mas também de realização de empreendimentos concretos que tragam vantagens globais e significativas aos nossos povos.

Eurico Correia Monteiro

Embaixador, Representante Permanente de Cabo Verde junto da CPLP
Lisboa junho/2018



Mobilidade de Pessoas progride na Comunidade



As delegações dos Estados-Membros da CPLP debateram o tema da Mobilidade, a 10 e 11 de abril de 2018, na Sede da CPLP, em Lisboa, participando responsáveis pelas questões da Mobilidade nos setores da Administração Interna/Interior, dos Negócios Estrangeiros/ Relações Exteriores e da Justiça nos países da Comunidade.

A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, e o Representante Permanente do Brasil junto da CPLP, embaixador Gonçalo Mello Mourão, realizaram a sessão de abertura da reunião. Os trabalhos foram coordenados pelo diretor do departamento de Migração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Paulo Roberto Soares Pacheco, enquanto Estado-Membro em exercício da Presidência da CPLP, contando ainda com a participação da Diretora Geral do Se-

cretariado Executivo da CPLP, Georgina Benrós de Mello.

Conforme o mandato do XXI Conselho de Ministros, realizado em 2016, em Brasília, o Secretariado Executivo da CPLP convocou a “Reunião Técnica Conjunta sobre Mobilidade” para a participação de responsáveis pelas questões da Mobilidade nos setores da Administração Interna/Interior, dos Negócios Estrangeiros/ Relações Exteriores e da Justiça nos Estados-Membros da Comunidade.

Na reunião, as delegações partilharam experiências no domínio da Mobilidade, analisaram a implementação dos sete Acordos multilaterais sobre Mobilidade de Pessoas na CPLP, as Resoluções sobre a Circulação e Cidadania na CPLP e refletiram sobre os mecanismos de construção de uma maior mobilidade no espaço da Comunidade.

As conclusões e recomendações constam de um documento final remetido ao Comité de Concertação Permanente para decisão sobre o encaminhamento a dar às recomendações, nomeadamente, a eventualidade de submeter ao Conselho de Ministros da CPLP - integrado na próxima cimeira da Organização, prevista para acontecer em julho de 2018, na Ilha do Sal, em Cabo Verde.

Reforçado na Declaração sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) da XI Conferência da Chefes de Estado e de Governo, o desafio da mobilidade sempre esteve presente no desiderato da CPLP.

CIRCULAÇÃO É APOSTA ANTIGA

A Declaração Constitutiva da CPLP contempla, entre outros, o imperativo de “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP”.

Quatro anos após a cimeira fundadora, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP assinaram a primeira convenção da CPLP neste domínio: o Acordo sobre supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países Membros da CPLP, tendo sido criado um Grupo de Trabalho Alargado de Cidadania e Circulação (GTA/CC), constituído por representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores e dos Ministérios sectoriais competentes dos Estados-Membros da CPLP para “definir medidas destinadas a facilitar a circulação de pessoas no espaço da Comunidade, bem como disposições sobre a equiparação de direitos sociais e políticos entre os cidadãos da CPLP”.

Em matéria de Cidadania, os esforços centraram-se na discussão de um anteprojeto de Convenção-quadro sobre o Estatuto do Cidadão da CPLP, o qual ainda não obteve consensos. Relativamente à Circulação, a CPLP promoveu soluções circunscritas, tendo sido celebradas Convenções Internacionais com medidas específicas:

- OS ACORDOS DE BRASÍLIA (2002)

- Visto de Múltiplas Entradas para determinadas categorias de pessoas;
- Visto para Tratamento Médico;
- Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada;
- Isenções de Taxas e Emolumentos em Emissão e Renovação de Autorizações de Residência;
- Requisitos Comuns máximos para a instrução de processos de Visto De Curta Duração.

- O ACORDO SOBRE O VISTO DE ESTUDANTE DA CPLP, DELIBERADO EM 2007.

Desde 2010, a circulação de determinadas categorias profissionais de pessoas, ou seja, a Mobilidade “lato sensu” na CPLP passou a ser acompanhada especificamente pelos Diretores Nacionais de Migrações e Fronteiras, na dimensão da reunião ministerial do Interior e Administração Interna da CPLP. Na IV Reunião de Ministros do Interior e Administração Interna, decorrida em 2015, em Díli, foi declarada a importância de se proceder à realização de uma Reunião Conjunta sobre Mobilidade, incluindo as tutelas dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores, Justiça e Interior e Administração Interna.

Esta convocatória ficou, definitivamente, reforçada nas sessões do Conselho de Ministros da CPLP de 2016 e 2017, realizados em Brasília, sob a presidência em exercício da CPLP do Brasil.



MOBILIDADE ACADÉMICA E JUVENIL EM DEBATE

O Secretariado Executivo da CPLP, a Comissão Temática da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos e o Fórum da Juventude da CPLP organizaram uma conferência subordinada à temática da mobilidade académica e juvenil na Comunidade, em novembro de 2017, no auditório da sede da Organização.

A conferência “Mobilidade Académica e Juvenil na CPLP – Desafios e Soluções” reuniu presidentes dos conselhos nacionais da juventude dos Estados-Membros, associações de estudantes académicos e universidades. Um auditório ilustre para debater e dar contributos para uma maior mobilidade na CPLP, mediante o levantamento e partilha de obstáculos e ações empreendidas para ultrapassá-los, no sentido de partilha de boas práticas empreendidas por variados atores sociais.

A Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026), aprovada em Brasília, no âmbito da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, destaca a importância do reforço da atuação da Organização no setor da Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sublinhando o facto de a comunidade ser uma plataforma de intercâmbio, inclusão e partilha entre os Povos, que ambiciona promover um espaço de Mobilidade e Circulação, reforçando o

sentimento de Cidadania, declarando o estabelecimento de mecanismos que facilitem a circulação de pessoas entre os Estados-Membros – em consonância com os Acordos de Brasília.

A primeira edição do encontro «Mobilidade Académica na CPLP – Uma Reflexão sobre o Presente, Um Desafio para o Futuro» decorreu em março de 2016, inserida nas comemorações do vigésimo aniversário da Organização.

ESPAÇO DE ENSINO SUPERIOR

No âmbito da criação do Espaço de Ensino Superior da CPLP (V Reunião de Ministros da Educação da CPLP, 2004, Fortaleza) e do Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP (III Reunião de Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, 2004, Maputo), a implementação de programas de mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos constitui uma área estratégica de cooperação incontornável.

Este eixo, identificado como estratégico desde 1997, precisamente desde a I Reunião de Ministros da Educação da CPLP, decorrida em Lisboa, foi reforçada pela V Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP, em 2012, Luanda, com os objetivos de:

- reforçar as condições para o intercâmbio e mobilidade de estudantes, docentes, investigadores, técnicos e gestores;
- potenciar o desempenho dos docentes e investigadores do ensino superior; potenciar o desempenho dos gestores e técnicos das Instituições de Ensino Superior e de Investigação;
- diversificar e enriquecer as experiências dos estudantes;
- identificar as dificuldades existentes para a mobilidade destes grupos e formular propostas para ultrapassar estas dificuldades, no contexto da CPLP.



O presente e o futuro próximo da CPLP

Criada em 1996, por impulso, sobretudo, de um grande brasileiro, o Embaixador José Aparecido de Oliveira e com sede em Lisboa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, nestes seus 22 anos de existência, tem significado muito para os nove países que a integram.

Concebida para explorar e estreitar os laços comuns entre seus membros em torno de três principais aspectos de sua existência como Estados e como Nações, a saber, a concertação político-diplomática, a promoção e fortalecimento da língua comum e das culturas que a vivificam e a intensificação de programas e projetos conjuntos voltados à cooperação para o desenvolvimento de seus povos, a CPLP tem-se mostrado à altura desses desafios que ela própria estabeleceu. Coordenada, a cada dois anos, por um de seus membros, sempre na condição de *primus inter pares*, condição desejada por todos ao ser estabelecido o princípio básico do consenso em todas suas decisões, coube essa coordenação, no ano em que a Comunidade completou seus vinte anos, ao Brasil.

Ao assumir a coordenação, cada país adota um mote, que sugere seja transversal a todas as atividades desenvolvidas naquele biênio pela Comunidade. Para o biênio 2016/2018, que ora se encerra, o Brasil propôs o tema do fortalecimento das ações voltadas para a implementação dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, desafio global lançado no âmbito das Nações Unidas e plenamente endossado por todos os países da CPLP. Com essa determinação, foram realizados, pelos diversos foros nos quais se desenvolvem os trabalhos da Comunidade, encontros entre as autoridades dos mais variados setores da administração de nossos países, nos quais foram discutidos e adotados procedimen-

tos e decisões governamentais que com maior propriedade poderão aproximar as ações dos governos de uma efetiva implementação de alguns daqueles objetivos globais, no interesse de nosso próprio desenvolvimento.

Apenas para referir alguns exemplos, podemos lembrar, no âmbito da concertação político-diplomática, a eleição sucessiva de dois de nossos países como membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou a realização, por proposta dos países da CPLP, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU, de reunião para tratar da transversalidade do tema da perspectiva de gênero na implementação da Agenda 2030, não esquecendo as diversas declarações conjuntas consubstanciando posições comuns apresentadas por algum de nossos Governos em nome da CPLP em inúmeras reuniões temáticas de variados organismos internacionais.

Do mesmo modo, no âmbito da promoção da língua e da cultura da CPLP, podemos referir, como exemplos, a criação da Comissão do Patrimônio Histórico da CPLP e as celebrações, cada vez mais numerosas, por parte de diversas representações dos países membros em terceiros países, do Dia da Língua e da Cultura da CPLP, ao lado do número crescente de alunos estrangeiros que procuram aprender nossa língua comum pelo mundo a fora, no âmbito de uma oferta também crescente de cursos, pelas mais diversas instituições de ensino. E no vasto campo da cooperação podemos assinalar, dentre os projetos desenvolvidos ou em preparação, a crescente cooperação no controle da malária ou o início do projeto de "Repositório Científico da CPLP". Após esses 22 anos percorridos, o certo é que, se o caminho pela frente é ainda mais longo, a determinação de percorrê-lo é inabalável

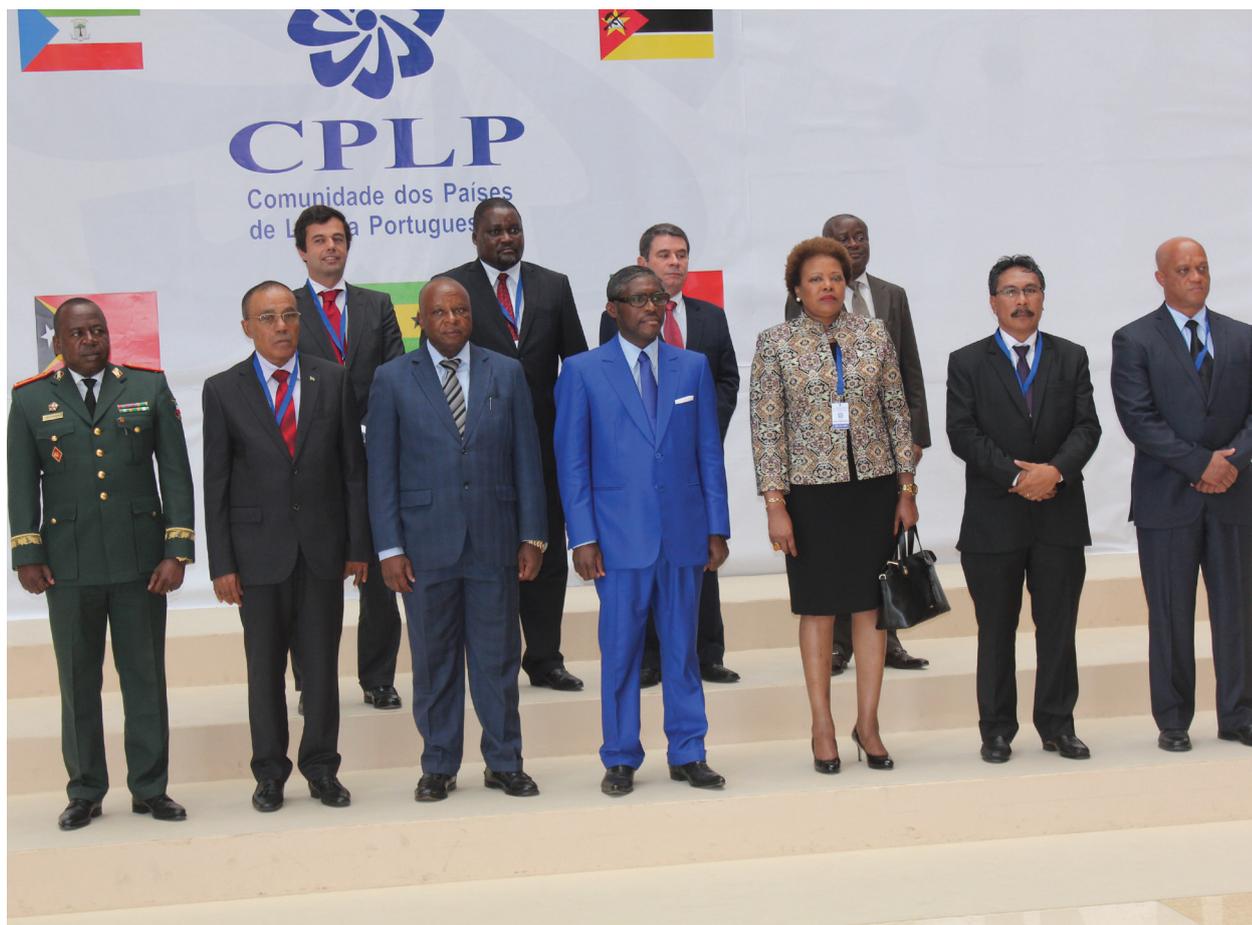


em nossos países. Do muito que temos por diante, um dos mais importantes aspectos a serem fortalecidos é, sem dúvida, aquele que se apresenta patente com a escolha, pela próxima presidência pro tempore caboverdeana, do tema da promoção da Língua e da Cultura de nossos países.

Não me refiro, porém, à mera divulgação junto a terceiros mas, antes e sobretudo, à divulgação, no seio da própria Comunidade, da imensa diversidade cultural que é nosso apanágio comum e onde, ao conhecê-la, nos reconhecemos. Com a sedimentação da CPLP, torna-se cada vez mais urgente a promoção de nosso conhecimento mútuo, para fortalecermos nosso mútuo reconhecimento.

Conhecemos a vitalidade e a riqueza de experiências culturais e tecnológicas que são expressas através da língua comum proporcionará, seguramente, a incorporação dessas riquezas ao nosso cotidiano e, conseqüentemente, reforçará os laços que nos unem enquanto Comunidade.

Gonçalo Mello Mourão, Embaixador Representante Permanente do Brasil junto à CPLP



Cooperação na Defesa fortalecida

Os Diretores de Política de Defesa Nacional dos Estados-Membros da CPLP reuniram-se em outubro de 2017, em Évora, Portugal, para refletir sobre o futuro da Componente da Defesa da CPLP e para realizar um ponto de situação sobre a evolução recente do Colégio de Defesa e da Resposta a Catástrofes. As delegações dos países da CPLP procederam, ainda, à discussão do modelo de funcionamento do Centro de Análise Estratégica (CAE).

Esta reunião foi proposta por ocasião da última reunião ordinária de Diretores de Política de Defesa Nacional, de-

corrida em Malabo, em maio de 2017, precedendo a XVIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP.

A XVIII Reunião de Ministros da Defesa, decorrida naquele mesmo mês de maio na Guiné Equatorial, foi marcada pela entrega simbólica do instrumento de ratificação do Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa por Timor-Leste. No decorrer deste encontro, os responsáveis dos Estados-Membros analisaram as principais questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional de cada país, aprovaram os relatórios, atividades e orçamento do

CAE/CPLP para 2018 e aprovaram as conclusões do 4º Fórum de Saúde Militar, decorrido em março de 2017, em Lisboa, bem como a Estratégia para a Saúde Militar da CPLP e as propostas de ações de formação apresentadas por Angola e Brasil.

O regulamento do Colégio de Defesa da CPLP e os princípios gerais de orientações de base para a criação de eventual mecanismo de resposta a situações de catástrofe foram, igualmente, objeto de debate.

O Exercício FELINO ficou agendado para acontecer no formato “Exercício



na Carta” em São Tomé e Príncipe, em 2018, e no formato “Forças no Terreno” em Angola, em 2019.

A sessão de abertura desta ministerial da Defesa foi presidida pelo Vice-Presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Mangue, e integrou a Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, o ministro da Defesa Nacional de Timor-Leste, o vice-ministro da Defesa Nacional da Guiné Equatorial e o presidente da Câmara da cidade de Malabo. A preceder a reunião ministerial da Defesa, no dia 24 de maio, realizou-se a IX Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP.

EXERCÍCIO FELINO 2017 NO BRASIL

As Forças Armadas dos nove países da CPLP participaram no Exercício FELINO 2017, em setembro de 2017, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, Rio de Janeiro, Brasil. O Exercício FELINO é executado com uma periodicidade anual, alternando a versão de Exercício na Carta (EC) com a de Forças no Terreno (FT). Em 2016, o exercício decorreu na modalidade EC, em Cabo Verde, para ser aplicado em 2017 no formato FT, no Brasil.

Os militares tiveram de cumprir as missões designadas pela Força-Tarefa Conjunta e Combinada, resolvendo os diferentes problemas simulados. Os Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da Série “Felino”, desenvolvidos no âmbito da cooperação técnico-militar, têm a finalidade de permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros da CPLP e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas as legislações nacionais.

Visite www.cplp.org/defesa

CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

A 19ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP decorreu em abril de 2017, em Lisboa, com a participação da totalidade dos CEMGFA dos Estados-Membros.

Nesta reunião, os CEMGFA da CPLP debateram, entre outros, os seguintes assuntos: A análise da situação político-militar e das questões internacionais de defesa e segurança com eventuais implicações para os países membros da CPLP; na sequência dos exercícios (conjuntos e combinados) da série “Felino”, foi avaliado o exercício realizado em 2016 em Cabo Verde e apresentado o exercício que realizou-se, no Brasil, em 2017; A importância do contributo do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP), sediado em Moçambique, no acompanhamento da situação político-militar e das questões internacionais de defesa e segurança com eventuais implicações para os países membros. Destaca-se, ainda, a aprovação do projeto de criação de um colégio de defesa da CPLP e o projeto de criação do mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofe.

SECRETÁRIA EXECUTIVA ENCERRA SEMINÁRIO CAE/CPLP

O CAE/CPLP organizou um Seminário Internacional Político Estratégico, subordinado ao tema “A Nova Visão Estratégica e a Cooperação no setor da Defesa”, no Instituto Universitário Militar, entre os dias 9 e 11 de outubro de 2017. A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, participou na sessão de encerramento.

O seminário reuniu a Direção do CAE e Núcleos Nacionais dos Estados-Membros da CPLP, a fim de promoverem uma reflexão sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da defesa e contribuindo para o desenvolvimento dos objetivos definidos na Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026), assim como dos ODS, nomeadamente, o ODS nº 5 - Igualdade de Género e empoderamento da Mulher.

DIRETORA GERAL ASSISTE A MESA-REDONDA DO G7+

A Diretora Geral da CPLP, Georgina Benrós de Mello, assistiu à mesa-redonda de alto nível sobre a “Gestão da transição da ONU em países g7+: missões de manutenção da paz da ONU e a missão política”, em outubro de 2017, em Lisboa. Para além da mesa-redonda, houve seminários desenvolvidos em torno da partilha de perspectivas dos países anfitriões sobre a gestão das missões de manutenção da paz das Nações Unidas em países afetados por conflitos e as oportunidades que as mesmas proporcionam aos países membros. O timorense Hélder Costa é o Secretário-geral do g7+, uma organização internacional constituída por 20 Estados membros, criada para auxiliar países afetados por conflitos e permitir a aprendizagem de pares sobre como atingir a resiliência e apoio entre os países membros.



Parlamentos querem reforçar laços institucionais



A VII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) foi subordinada ao tema “O reforço dos laços institucionais entre os Parlamentos”. Decorrida nos dias 4 e 5 de dezembro de 2017, na Assembleia da República Portuguesa, em Lisboa, contou com a participação da Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, na sessão de abertura, no dia 4 de dezembro, a qual contou também com as intervenções do Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, do ministro português dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e do chefe da Delegação do Brasil, Deputado Átila Lins, em representação do Presidente da AP-CPLP.

Na alocução, Maria do Carmo Silveira sublinhou que a “Nova Visão Estratégica reitera a importância da Assembleia Parlamentar, enquanto órgão da CPLP, e destaca o seu importante papel na promoção de maior aproximação entre os Estados-Membros da nossa Comunidade”. A Secretária Executiva da CPLP ob-

servou, também, que “pela sua própria natureza, os Parlamentos estão próximos dos cidadãos. As suas deliberações têm um impacto direto e, muitas vezes, imediato na vida das populações”, pelo que solicita aos deputados que “sejam advogados e porta-vozes da CPLP, dos seus objetivos, valores e princípios junto dos Vossos pares nos parlamentos dos vossos países, mas também e sobretudo junto dos cidadãos da nossa Comunidade”.

Além da Sessão Plenária, a decorrida na Sala do Senado, aconteceu ainda a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP, a reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP, das três Comissões Especializadas Permanentes (Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação; Economia, Ambiente e Cooperação; Língua, Educação, Ciência e Cultura) e da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP.

Os deputados dos nove países membros da CPLP realçaram a necessidade de “envolver novos atores na cooperação, designadamente os observadores

associados, o setor privado e outras organizações internacionais, potenciando a partilha de projetos e programas de desenvolvimento estratégico de interesse comum”.

Este órgão da CPLP compromete-se, ainda, que a futura presidência - exercida por São Tomé e Príncipe - vai “acompanhar, de modo especialmente atento, o compromisso estabelecido pela nova presidência da União Interparlamentar de assegurar a língua portuguesa como língua oficial de trabalho a todos os níveis dos seus órgãos e comissões”.

Os parlamentares juntaram-se à CPLP na reflexão sobre a problemática das migrações e no repúdio e condenação, sem reservas, dos “atos de crueldade e de graves violações dos direitos humanos perpetrados contra os migrantes provenientes da Líbia e países da África subsaariana e que se traduzem num ultraje à consciência da humanidade”. Recorde-se que, a CPLP considerou dias antes “inadmissível a existência de um “mercado de escravos”, o qual configura abuso dos direitos humanos e crime contra a humanidade, em claro desrespeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 que proclama a inviolabilidade da dignidade da pessoa humana”.



Discurso



Documento





Estados Observadores Associados comprometidos com a CPLP

O reforço da cooperação com os Observadores Associados foi ponto único da agenda da 109ª Reunião Extraordinária do Comité de Concertação Permanente da CPLP, a 7 de março de 2018, na Sede da Organização.

No encontro, estiveram presentes representantes permanentes dos Estados-Membros e dos Estados com a categoria de Observador Associado da CPLP.

Atualmente, a CPLP atribuiu a categoria de Observador Associado à Geórgia, à Hungria, ao Japão, à República Checa, à República Eslovaca, à República da Ilha Maurícia, à República da Namíbia, à República Orien-

tal do Uruguai, à República do Senegal e à República da Turquia. Estes Estados, assumem um compromisso com os objetivos da CPLP e os seus princípios orientadores, reforçando a possibilidade de aprofundar laços ao nível político, económico e cultural, podendo contribuir para prosseguir a promoção e difusão, ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Recordemo-nos que, a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, reunido a 20 de julho de 2017, em Brasília, decidiu em resolução reforçar a cooperação com os Estados que detêm a categoria de Observador Associado, reconhecendo o valor do contributo potencial destes países para a pros-

seção dos objetivos estatutários da Comunidade. Cerca de um mês antes, a 27 de junho de 2017, a Secretária Executiva Maria do Carmo Silveira reuniu-se com os representantes destes Estados, na sede da CPLP, onde refletiu-se sobre a participação nas atividades da Organização e o potencial de parcerias, nomeadamente, no âmbito do quadro fornecido pelo Regulamento dos Observadores Associados.



Portal



Vídeo



Secretária Executiva visita Japão e Turquia

A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, efetuou uma visita de trabalho ao Japão, entre os dias 19 e 25 de março de 2017. A missão oficial decorreu a convite das autoridades japonesas e contemplou visitas nas cidades de Quioto e de Tóquio.

Na capital, a Secretaria Executiva encontrou-se com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nobuo Kishi, e com os Diretores dos Departamentos de África, da Europa e do Serviço de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Reuniu, também, com a Direção da JICA - Agência Internacional para a Cooperação e com a Direção da JETRO - Agência de Promoção do Comércio Externo. Ainda em Tóquio, para além dos encontros referidos com as estruturas governamentais japonesas, a SE concretizou um encontro com o Grupo Parlamentar de Amizade Japão-União Africana, e proferiu uma intervenção sobre a CPLP - a convite do Grupo Parlamentar de Amizade Japão-CPLP, recorrendo sobre o seu mandato, objetivos e desafios. Neste evento participaram, igualmente, os representantes diplomáticos dos Estados-Membros no Japão, sendo que o Embaixador André Corrêa do Lago dirigiu, em nome da presidência *pro-tempore* do Brasil, breves palavras aos presentes.

Em Quioto, a Secretária Executiva participou, enquanto convidada de honra, na cerimónia de graduação dos alunos de Línguas da Universidade de Estudos Estrangeiros (*Kyoto University of Foreign Studies*), que contou também com a presença do Embaixador do México no Japão, entre outros convidados nacionais. Após a cerimónia, efetuou uma intervenção especialmente dirigida aos

48 alunos da licenciatura de *Estudos Luso-brasileiros*, ocasião em que esteve presente o Diretor do respetivo Departamento e o corpo docente, incluindo um cidadão brasileiro e dois portugueses contratados pela Universidade.

Nos diversos momentos desta missão oficial ao Japão, a Secretaria Executiva discorreu sobre as principais linhas de atuação da CPLP no âmbito dos três pilares, assim como as orientações resultantes da Nova Visão Estratégica, não só no que diz respeito aos setores apontados como prioritários - como é o caso da Cooperação Económica e Empresarial; da Segurança Alimentar e Nutricional; da Energia; do Turismo; do Ambiente; dos Oceanos; da Cultura; da Educação; da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - mas, sobretudo, quanto à intenção da Organização em reforçar a cooperação com os Observadores Associados, através de parcerias na implementação de iniciativas ou projetos que poderão beneficiar de contribuições voluntárias.

Nas suas intervenções, a Secretaria Executiva destacou também o vasto potencial de cooperação que o Estatuto de Observador oferece, a que se junta a evidente convergência entre o posicionamento externo do Japão em matéria de cooperação e as prioridades de ação da CPLP, plenamente alinhadas com o lema da Presidência *em exercício* da CPLP: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

REFORÇAR COOPERAÇÃO COM TURQUIA

A Secretária Executiva Maria do Carmo Silveira realizou, também, uma visita oficial à



Turquia, a 19 de abril de 2018, a convite das autoridades deste Estado com a categoria de Observador Associado da CPLP.

A Secretária Executiva foi recebida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mevlüt Çavuşoğlu, e visitou a TİKA - Agência Turca para a Cooperação e Coordenação, onde reuniu com o vice-presidente, Birol Çetin. A agenda de Maria do Carmo Silveira contemplou, ainda, uma reunião com o presidente interino do Conselho de Ensino Superior YÖK, professor Rahmi, e uma reunião com o reitor da Universidade de Ancara, onde também visitou o LAMER - Centro de Estudos da América Latina.

Nos encontros na Turquia, a Secretária Executiva da CPLP debateu as possibilidades de reforçar a cooperação, sobretudo, no ensino superior, ciência e tecnologia, saúde e agricultura. Assinala-se, após obter a categoria de Observador Associado, a Turquia já abriu novas representações diplomáticas em Estados-Membros da CPLP.



O Futuro aposta na CPLP!



A CPLP aposta no futuro. O alinhamento da Comunidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável alcançado durante a presidência brasileira de turno, que cessa na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, foi uma conquista para o futuro dos países e cidadãos.

Porque no presente se constrói o futuro, a Nova Visão Estratégica aprovada em 2016 foi rapidamente operacionalizada em resolução do XXII Conselho de Ministros, em 2017, concentrando a CPLP em setores potenciadores de soluções sustentáveis para questões associadas às condições e qualidade de vida das populações, em temas catalisadores de crescimento económico e equidade social.

Sem prejuízo de outros domínios de cooperação e tendo como fio-de-prumo, no período 2016-2026 a CPLP vai apostar, sobretudo, nos setores da “Cooperação Económica e Empresarial; Segurança Alimentar e Nutricional; Energia; Turismo; Ambiente; Oceanos e Plataformas Continentais; Cultura; Educação; e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior”.

Esta maior focalização surge com a Nova Visão Estratégica aprovada na XI CCEG, em 2016, em Brasília, na qual procura-se também consolidar e reforçar a vontade política e a cooperação multilateral assente na justiça social e no interesse dos seus Povos: no desenvolvimento sustentável, inclusivo e harmonioso, e na promoção de políticas direcionadas para a equidade e igualdade do género.

A CPLP assume crescentemente o papel que lhe foi destinado em 1996, na altura da sua fundação. No presente, a CPLP aposta continuamente em ser uma plataforma de diálogo multilateral ao serviço da estabilidade, do crescimento económico e do desenvolvimento social dos seus Estados-Membros.

É uma Organização Internacional, necessariamente intergovernamental, que ambiciona captar o potencial das diásporas da CPLP e das comunidades situadas noutros países e regiões do mundo, que preservam a influência da Língua Portuguesa e partilham laços históricos e culturais. Este alcance global é alavancado por uma atuação relevante na arena internacional.

Senão, vejamos: em duas décadas, o dinamismo e a capacidade de atrair e envolver outras entidades na construção desta Comunidade, permitiu à CPLP abrir as suas atividades à participação de outros atores. Desde 2006, dezenas de instituições da sociedade civil juntaram-se aos objetivos da CPLP enquanto observado-

res consultivos. Desde essa data, a CPLP atribuiu a categoria de Observador Associado a dez Estados terceiros: à Geórgia, à Hungria, ao Japão, à República Checa, à República Eslovaca, à República da Ilha Maurícia, à República da Namíbia, à República Oriental do Uruguai, à República do Senegal e à República da Turquia.

Em vinte e dois anos, a CPLP é um ator de relevo internacional, com normativo produzido e protagonismo efetivo, granjeando reconhecimento e notoriedade. A CPLP é única, está alicerçada numa herança histórica e na partilha do idioma português, conforme gizou a cimeira fundadora. Por esta razão, observa-se um cunho de atenção especial à preservação e divulgação da memória colectiva, à Cultura e ao património cultural dos Estados-Membros, à aposta no aumento do conhecimento mútuo no processo de construção de blocos de identidade.

PONTOS FOCAIS PARA ODS

Em perfeito alinhamento com o lema da presidência de turno brasileira, a CPLP constituiu uma rede de pontos focais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em março de 2017. Esta formalização surgiu num encontro entre delegações dos países membros, no qual se focalizaram na troca de experiências e numa reflexão sobre as formas concretas de contribuição para a implementação destes objetivos.

ACADEMIA CORROBORA NOVA VISÃO ESTRATÉGICA

Inserido nas celebrações do Dia 5 de Maio – Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, foi apresentada a coleção “Estudos sobre a CPLP”, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Na obra “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa”, coordenada por Sónia Sebastião, constata-se que os temas selecionados na Nova Visão Estratégica são, precisamente, os mesmos onde se verifica maior cobertura mediática das atividades desenvolvidas. A atenção da CPLP e dos governos nacionais ao presente e a preocupação com o futuro ficou patente: o que mais interessa aos cidadãos dos Estados-Membros é o que também está plasmado na Nova Visão Estratégica.



Video



SECRETÁRIA EXECUTIVA RECEBEU...



Embaixador da Argentina em Portugal



Embaixador da Itália em Portugal



Embaixador do Chile em Portugal



Embaixador do Luxemburgo em Portugal



Embaixador de Andorra em Portugal



Embaixadora do Reino Unido em Portugal

SECRETÁRIA EXECUTIVA EM CIMEIRA PARA LÍDERES POLÍTICAS



A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, participou na "Political Leaders Summit 2018" (WPL Summit 2018), entre 6 e 8 de junho de 2018, na Lituânia. O evento iniciou-se com uma

cerimónia de entrega de prémios e Maria do Carmo Silveira é uma das galardoadas com o prémio "WPL 2018". No mesmo dia, integra o painel "Mulheres saudáveis, Economias saudáveis: Implementação a uma Escala Mundial" ("Healthy Women, Healthy Economies: Implementation on a Global Scale"), que visa a partilha de conhecimentos e boas práticas.

A Secretária Executiva participou, igualmente, numa "conversa sobre mulheres e o renascimento da liderança política", uma sessão plenária agendada para o dia 8 de junho, com foco nas mulheres na política e todo o seu trajeto até tornarem-se líderes. A WPL Summit 2018 junta várias mulheres líderes da área política, nomeadamente, Chefes de Estado e de Governo, Ministros de Gabinete, Parlamentares, entre outras especialistas e líderes nas áreas académicas, de negócios e sociedade civil. As edições anteriores tiveram lugar em Bruxelas, Ruanda, Etiópia, México, Jordânia e Islândia.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI VISITOU CPLP



A Secretária Executiva da CPLP e os Representantes Permanentes dos Estados-Membros receberam a visita do ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, no dia 30 de abril de 2018, no Palácio Conde de Penafiel, em Lisboa. No decurso do encontro, foi consensual a vontade de prosseguir o aprofundamento das relações. A categoria de Observador Associado foi atribuída à República Oriental do Uruguai na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, decorrida a 31 de outubro e 1 de novembro de 2016, em Brasília.



Vídeo



VISITAS À SEDE...



Presidente da República de Cabo Verde



Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe



Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe

SECRETÁRIA EXECUTIVA NO VII ENCONTRO TRIÂNGULO ESTRATÉGICO – IPDAL

A Secretária Executiva da CPLP participou no VII Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África”, realizado em maio de 2018, no salão nobre da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa. Organizado pelo Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas (IPDAL), o evento contou com os comentários da Secretária Executiva da CPLP no painel subordinado ao tema «Diplomacia e Dinâmicas Regionais», no dia 15 de maio.

SECRETÁRIA EXECUTIVA NA CIMEIRA UNIÃO AFRICANA-UNIÃO EUROPEIA

A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, assistiu à 5ª Cimeira União Africana-União Europeia (UAUE), a 29 e 30 de novembro de 2017, em Abidjan, na Costa do Marfim. Dez anos desde a adoção da Estratégia Conjunta UEÁfrica, os dirigentes debateram o futuro das relações UA-UE, dando especial atenção à questão do investimento na juventude.

MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL ÀS ELEIÇÕES NA GUINÉ EQUATORIAL



A CPLP enviou uma Missão de Observação Eleitoral (MOE CPLP) às Eleições Gerais para a Câmara de Deputados, Senado, e Municipais na República da Guiné Equatorial, a 12 de novembro de 2017, em resposta ao convite formulado pelas autoridades deste Estado-Membro. O Embaixador Jorge Borges, antigo Ministro dos Relações Exteriores da República de Cabo Verde chefiou a equipa, composta por observadores designados pelos Estados-Membros e por elementos do Secretariado Executivo da CPLP.



Áudio





Secretária Executiva lançou “Apelo por um Humanismo Universal”

A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, participou no lançamento do “Apelo por um Humanismo Universal”, no dia 14 de junho de 2017, em Montreal, no Canadá, iniciativa que reuniu, além da CPLP, a Organização Internacional da Francofonia (OIF), a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a Commonwealth. As referidas Organizações foram representadas pelas respetivas Secretárias-gerais: Michaëlle Jean (OIF), Rebeca Grynspan (SEGIB) e Patricia Scotland (Commonwealth). O evento ocorreu no quadro do Fórum Económico Internacional das Américas (FEIA), realizado em Montreal entre os dias 12 e 15 de junho de 2017.

No ato do lançamento do “Apelo”, as quatro dirigentes procederam à leitura pública do documento, cada uma expressando-se em seu idioma. O Apelo traça um panorama dos desafios globais

enfrentados pela humanidade na atualidade e clama por uma renovação do compromisso com a defesa dos direitos humanos, da democracia, da igualdade e do desenvolvimento sustentável, com base no fortalecimento da cooperação internacional solidária focada em ações concretas e urgentes. O documento também faz referência a temas como a diversidade cultural e linguística, a igualdade de género, a educação, a juventude, a mobilidade de pessoas, bem como a necessidade de uma economia voltada para o bem comum.

Juntas, a CPLP, a OIF, a SEGIB e a Commonwealth representam 137 Estados e territórios em cinco continentes. Somam mais de 3,9 bilhões de habitantes, ou seja, 61% da população mundial. A CPLP reúne 275 milhões de habitantes distribuídos em nove Estados, espalhados por quatro continentes. São países

que apresentam uma grande diversidade em termos de dimensões territoriais, população e níveis de desenvolvimento. De notar que, pela primeira vez na história, as quatro organizações responsáveis pelo “Apelo” são lideradas simultaneamente por mulheres.

1ª CONFERÊNCIA DE PARIS

A Secretária Executiva participou na sessão de encerramento da 1ª edição da Conferência de Paris, organizada pelo FEIA, focada em “Repensar a Globalização”, a 8 de novembro de 2017, no Centro de Conferências da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O evento envolveu personalidades internacionais para discutir e reavaliar a globalização, com enfoque no papel a desempenhar pela Europa nesta matéria.



Documento



Vídeo



Áudio



Conquistas e Determinação

CONQUISTAS

Era uma vez um país, que nem era um país, mas um conjunto de ilhas, habitadas por diversas etnias de raiz bantu pouco dadas a explorações marítimas, a 32 quilómetros do continente africano.

Era uma vez outro país, que já era país há uns séculos na Europa, e que começava a dispor de tecnologias e de ambição para embarcar em odisséias marítimas.

Encontraram-se pela mão de uma obscura personagem da Expansão marítima portuguesa.

A ilha, formosa, passou a ter o nome desse obscuro navegador, Fernando Pó, até à Independência; depois, os africanos, que decidiram que tinham direito a dar nome à terra que era deles, chamaram-lhe Bioko, e a cidade Malabo – em honra de Malabo Lopelo Melaka, o Rei Malabo I, último monarca reinante.

Os europeus que por lá passaram – portugueses e holandeses – fizeram bom dinheiro comerciando os habitantes daquelas paragens – “incivilizados” e “inferiores”... Os ingleses, que vieram depois, acabaram com o negócio. A língua ficou – em algumas partes do País, fala-se “pichinglis”, um crioulo de léxico inglês. Os portugueses também deixaram a sua marca – ficou o “Fá d’Ambô”, ou Fala de Annobon, um crioulo de léxico português.

Espanha, que ficou com os territórios, por uma simples troca no século XVIII por territórios que viriam a ser Brasil, colonizou-os ativamente a partir de meados do século XIX. A herança que deixou, mais significativa e menos negativa, foi a língua. Até hoje.

Mas o português deixou uma raiz. E, anos depois da Independência, e depois dos anos conturbados, quando já havia estabilidade e paz, surgiu a determinação de fazer florescer essa raiz.

DETERMINAÇÃO

Quase ninguém sabe, mas, antes de tudo, ainda mal tinha sido criada a CPLP, foi assinado um Acordo de Cooperação entre os dois países, agora ambos independentes e com fronteiras definidas, em 1998. O Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné Equatorial, que estabelece a cooperação sócio-cultural, científica e técnico-económica entre os dois países, foi assinado em Malabo em 8 de Janeiro de 1998, e lavrado no Decreto 15/98 de 14 de maio.

Em 2004, o Presidente da Guiné Equatorial participou numa Cimeira da CPLP, a convite do seu homólogo são-tomense. Em julho desse ano, a Guiné Equatorial e as Ilhas Maurícias pedem oficialmente o estatuto de Observador Associado.

Em 2010, o retorno às origens linguísticas é posto em marcha, com a promulgação do decreto que estabelece o Português como a terceira língua oficial da Guiné Equatorial.

Em 2014, a Guiné Equatorial junta-se, finalmente, à lista de países civilizados, decretando a abolição efetiva do homicídio legal e jurídico de Estado. Em setembro, é nomeado o Chefe da Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP, Embaixador Tito Mba Ada. Depois, acelerando e consolidando a sua integração, foi a ratificação dos Estatutos da CPLP, a regularização das quotas, a organização da reunião Técnica



de Energia, de Governação Eletrónica, de Chefes de Polícia, de Ministros da Defesa, de Ministros das Comunicações.

Hoje, há programas de informação em português na Televisão nacional, uma licenciatura em Língua Portuguesa na Universidade Nacional, e um projeto em curso para o apoio no ensino e divulgação do Português no País. Recentemente, a CPLP fez a oferta de 161 títulos da sua Biblioteca para a Biblioteca Nacional da Guiné Equatorial.

Desde maio de 2018, o País faz parte da Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa (AEDPLP). Vários estudantes do País vêm continuar a sua educação em várias Universidades de Portugal.

A determinação daquele pequeno País resultou num futuro mais seguro, mais próspero. Agora, pode ombrear com outros oito Países, seus irmãos na Língua que lá deixou raiz.

No século XV, Portugal aproximou-se daquela região, e lá deixou a sua marca; no século XXI, a Guiné Equatorial aproximou-se de Portugal, fechou o círculo, regressou a casa.

Tito Mba Ada

Embaixador,
Representante Permanente
da Guiné Equatorial junto da CPLP

CPLP, SEGIB e OIF juntas na promoção do Multilinguismo, Desenvolvimento Sustentável e Juventude



Discurso Juventude



Discurso Multilinguismo

A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, participou no evento “Diálogo com a Juventude – Perspetivas sobre a Educação, Emprego e Prevenção da Radicalização que leva ao Extremismo Violento”, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, no dia 30 de maio de 2018, a convite do Presidente da 72ª sessão da Assembleia Geral, Miroslav Lajčák.

Maria do Carmo Silveira, a Secretária-Geral da Organização Internacional da Francofonia, Michaëlle Jean, e a Secretária-Geral Ibero-Americana, Rebeca Grynspan, intervieram em conjunto no evento “Diálogo com a Juventude – Perspetivas sobre a Educação, Emprego e Prevenção da Radicalização que leva ao Extremismo Violento”, no dia 30 de maio de 2018.

O evento teve o objetivo de aproximar e construir uma ponte entre jovens e os decisores políticos, representantes permanentes junto das Nações Unidas e outras organizações internacionais e instituições da sociedade civil, que participaram neste diálogo: para ouvir e responder a ques-

tões apresentadas, nas áreas da educação, emprego e prevenção da radicalização que conduz ao extremismo violento.

Nesta senda, a Secretária Executiva da CPLP, a Secretária-Geral da Francofonia, e a Secretária-Geral Ibero-Americana participaram, no dia 31 de maio, de um diálogo de alto nível organizado conjuntamente pela CPLP, OIF, a SEGIB e a Representação Permanente da União Africana junto às Nações Unidas, sobre o tema: “Multilateralismo, a vitalidade do multilinguismo e a renovação de parcerias: que contribuições das áreas linguísticas e geográficas?”.

A Secretária Executiva efetuou ainda, uma reunião de trabalho com a subsecretária-geral das Nações Unidas, Amina Mohammed, para abordar a questão do multilinguismo no atual processo de reforma da ONU.

TRÊS ESPAÇOS LINGUÍSTICOS

A partilha de objetivos entre estas três organizações internacionais tem sido

crecente. Ainda neste ano de 2018, a Secretária Executiva da CPLP participou no “Encontro dos Três Espaços Linguísticos - Línguas e desenvolvimento sustentável: formação, mobilidade e emprego”, no dia 1 de março, no Auditório da Secretaria-geral Ibero-Americana (SEGIB), em Madrid. Para além de Maria do Carmo Silveira, as sessões de encerramento e de abertura do Encontro contaram com as presenças da Secretária-Geral da Francofonia, Michaëlle Jean, e da Secretária-Geral Ibero-Americana, Rebeca Grynspan.

De acordo com a Secretária Executiva da CPLP, “a realização deste encontro é o testemunho do nosso engajamento com a preservação da diversidade linguística e do diálogo intercultural, enquanto fatores essenciais de promoção da paz e do progresso da humanidade”.

O primeiro painel – no qual participou a Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, Marisa Mendonça - subordinou-se ao tema “As línguas: formação integral como oportunidade para o século XXI” e o segundo painel foi dedicado a reflexões sobre “As línguas e o seu impacto multidimensional no desenvolvimento sustentável”.

Os encontros dos Três Espaços Linguísticos (TEL) são uma iniciativa de três organizações internacionais, a CPLP, a SEGIB e a Organização Internacional da Francofonia (OIF), num contexto de diversidade linguística.



A Língua Portuguesa em Nós

EM LÍNGUA PORTUGUESA ABRAÇAMOS A INTEGRAÇÃO

Painel Temático
Refugiados: Um Drama dos Nossos Dias
 e
VIII Curso de Capacitação
 para a Elaboração de Materiais:
 Ensino de Português como

MACHIMBOMBO
 ONIBUS
 AUTOCARRO
 AUTOCARRO
 MACHIMBOMBO

CONTINUAR



4 alfabeto moço marinho
 biscoito chapéu
 papel tesoura
 arroz **cavalo** **camisa**
 varanda queijo
 calça loja **escada**
 feitiço janela pão
 mesa
 cadeira vinho **garfo**

5

IILP defende e promove Língua Portuguesa

No decorrer da presidência *pro tempore* brasileira (2016-2018), o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tem vindo a concretizar variadas atividades, colóquios, oficinas, cursos, com a intenção de promover e divulgar o idioma português.

Esta instituição da CPLP, com o apoio do Secretariado Executivo e da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLÉ), organizaram dois eventos, na sede da CPLP, que marcaram uma semana inteira do mês de abril, sob o mote “Em Língua Portuguesa Unindo Gerações”. Este dividiu-se num colóquio subordinado à “Língua Portuguesa: um património a preservar”, abordando as perspetivas e práticas do português como língua de herança, e o “IX Curso de Capacitação para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português como Língua de Herança / Português para Crianças”, com duração de quatro dias, cujos materiais didáticos gerados serão incluídos no Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE/LE/LNM).

A edição anterior do curso versou sobre a integração de refugiados, que decorreu igualmente em Lisboa, entre os dias 6 e 10 de novembro de 2017. No painel de abertura do colóquio, denominado “Em Língua Portuguesa abraçamos a integração”, participou a Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, a Diretora Executiva do IILP, professora doutora Marisa Mendonça, e a Presidente da SIPLÉ, professora doutora Viviane Furtoso, seguido de um painel temático sobre “Refugiados: Um Drama dos Nossos Dias” e a apresentação do PPPLE/LE/LNM. Entre os dias 7 e 10 de novembro de 2017, participantes oriundos não só de Estados-Membros da Comunidade, como também da Bélgica, China, Colômbia,

Espanha, Estados Unidos da América, República Checa, estiveram juntos no “VIII Curso de Capacitação Para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português como Língua de Acolhimento”.

Os cursos realizaram-se com o objetivo de capacitar tanto professores, como pessoas em formação na área, para a elaboração de materiais para o ensino de português no âmbito de cada temática, através de discussões e abordagens pedagógicas contemporâneas para o ensino de línguas, sob a orientação da Equipa Assessora Central (EAC) do PPPLE/LE/LNM. Num trabalho assíduo de planificar e executar ações para a defesa e enriquecimento da Língua Portuguesa, o IILP organizou diversas oficinas didáticas e reuniões, como, por exemplo:

I. “O lugar da poesia na aula de Língua Portuguesa” (14 de setembro de 2017 - Praia, Cabo Verde, destinado a professores do Ensino Secundário, selecionados pela Delegação do Ministério da Educação da Praia e pelo Instituto Universitário da Educação, com o objetivo de “refletir sobre boas práticas de abordagem do texto poético, nas aulas de Língua Portuguesa, e identificar possibilidades metodológicas para um correto e profundo tratamento desta tipologia textual, ao nível do ensino secundário”, realizado em parceria com a Cátedra Eugénio Tavares de Língua Portuguesa da Universidade de Cabo Verde (CET), a Comissão Nacional de Cabo Verde para a UNESCO (CNU), a Delegação do Ministério da Educação-Praia, a Direção Nacional da Educação (DNE) e o Instituto Universitário da Educação (IUE);

II. I Reunião Técnica sobre “Dicionários de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa” (20 e 21 de junho de 2017, Sede da CPLP, Lisboa), na qual foi apresentado o projeto, atividades pertinentes para a atualização dos dados contidos no dicionário e a criação da plataforma digital.

III. I Reunião Técnica do “Plano de Leitura da CPLP” (22 e 23 de junho de 2017 – Sede da CPLP, Lisboa), na qual proporcionou-se uma reflexão sobre experiências realizadas e a elaboração de um projeto de plano de leitura.

IV. “Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa” (26 e 29 de junho de 2017 – Sede da CPLP, Lisboa), uma formação que contemplou a abordagem à terminologia, apresentação das tarefas a serem realizadas pelas equipas nacionais nos seus países, cumprindo o cronograma do projeto, e a realização de duas oficinas, que consistiram em atividades práticas nas quais os participantes validaram listas parciais de termos identificados no Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), na área da informática e do petróleo.

O IILP é a instituição da CPLP que tem como objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.



**28 MILHÕES DE PESSOAS SÃO DIARIAMENTE
AFETADAS PELA FOME NOS PAÍSES DA CPLP**

**AJUDE-NOS A CONSTRUIR
UMA COMUNIDADE LIVRE DA FOME!**

**CONTA BANCÁRIA / IBAN:
PT 50 0035 0391 00013831630 45**

**JUNTOS
CONTRA
A FOME!**



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura



www.juntoscontraafome.cplp.org

[facebook.com/contraafome](https://www.facebook.com/contraafome)

[@contra_fome](https://twitter.com/contra_fome)

Comunidade de diálogo e de concertação

A diversidade constitui uma das maiores riquezas da nossa Comunidade, mas é a capacidade que vem demonstrando de uma atuação concertada que constitui uma das suas mais-valias. Essa capacidade é o resultado de um trabalho permanente de diálogo, permeado pelos princípios da solidariedade, da fraternidade e da não ingerência.

A concertação político-diplomática assume-se como um dos grandes vetores da CPLP, alicerçada num consenso que reúne nove Estados-Membros espalhados pelos quatro continentes e banhados por três oceanos.

A CPLP tem sido capaz de estabelecer acordos e parcerias com outras organizações e instituições congéneres e gerar apoios alargados a candidaturas a altos cargos internacionais. A esse respeito, é de destacar a nomeação do Sr. Engº António Guterres para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas.

Será ainda de relevar o papel crescente que a Sociedade Civil desempenha no seio da CPLP, sendo auscultada através das reuniões que a Comunidade mantém regularmente com os seus representantes.

A Cooperação institucional constitui outro vetor fundamental, sendo dos que tem conhecido maior aprofundamento. Nesse sentido, a Nova Visão Estratégica veio dar um impulso decisivo ao definir novas áreas de atuação, traduzido num alargamento funcional ao incorporar na ação da Comunidade matérias tão diversificadas como a Defesa e a Segurança, a Mobilidade, a Segurança Alimentar e Nutricional, a Energia, o Ambiente, os Oceanos e as Plataformas Continentais, a Cultura e a Educação.

Esse diálogo institucional processa-se ao nível Ministerial mas, também, no infrapolítico, abrangendo reuniões técnicas e encontros de natureza vária. Por outro lado, traduz-se em compromissos concretos, que vão desde os planos estratégicos ao lançamento de iniciativas.

Subjacente a todas essas atividades há um processo de conhecimento mútuo, uma prática de consensos, um exercício de compreensão recíproca, que permitem aprofundar uma rede de contactos aos mais diversos níveis institucionais que, na minha opinião, trazem um valor acrescentado incalculável. Não é despidendo sublinhar esse aspeto que permite o nosso fortalecimento e a nossa maturação coletiva como família que fala a mesma língua.

A Língua Portuguesa tem revelado uma grande capacidade de adaptação às tecnologias de informação, e beneficia de projeções demográficas fortes tanto no espaço da CPLP, como no Mundo. Nesse tocante, desejo saudar a forma como a CPLP tem recorrido às novas tecnologias para conferir uma visibilidade acrescida à nossa língua comum. Além disso, a CPLP tem alertado repetidamente para a necessidade de dotar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa de meios reforçados, mais adequados ao papel que está vocacionado para desempenhar.

Aproxima-se a XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo e abre-se uma nova etapa para a nossa Comunidade.

Num Mundo conturbado em que reaparecem apetências para políticas protecionistas que contrariam as árduas negociações das últimas décadas da Comunidade internacional na defesa do multilateralismo e do respeito mútuo dos valores da liberdade democrática e do Estado de Direito, a XII Conferência, que se realizará na cidade de Santa Maria em Cabo Verde, poderá dar início a uma nova etapa para a nossa Comunidade exprimindo uma manifesta vontade política que reforce e aprofunde os valores que norteiam a CPLP.

Mário Jesus dos Santos, Embaixador,
Representante Permanente de Portugal junto da CPLP
15 de junho de 2018



Preservar e divulgar o legado histórico e cultural

O “Encontro de Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP” decorreu a 4 de maio de 2018, na Sede da CPLP, inserido nas comemorações do “5 de Maio – Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”, sob o lema: “A preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP”. Este evento ambicionou promover a aproximação entre os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais dos Estados-Membros da CPLP e dinamizar o trabalho colaborativo em rede no contexto de cooperação multilateral.

A recuperação do acervo histórico dos Estados-Membros da CPLP e a criação de mecanismos para facilitar a reprodução deste património comum estão alinhadas com o “Eixo IV. Património Cultural e Memória Histórica da CPLP” do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2014-2020). Com o presente encontro, pretendeu-se contribuir para o levantamento do Acervo Histórico dos Estados-Membros da CPLP, para a Criação do Arquivo Histórico Comum do Período Colonial e da Luta de Libertação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, para identificar formas de compilar o acervo histórico (oral, escrito, audiovisual e cinematográfico das televisões públicas nacionais) e de proporcionar o acesso a estes arquivos.

Para as Bibliotecas Nacionais dos países da CPLP, é desiderato a constituição de um “Catálogo integrado das Bibliotecas Nacionais da CPLP”, conforme o Eixo IV. Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP, do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020). No encontro, ambicionou-se avançar na identificação das obras produzidas nos Estados-Membros da

CPLP e a sua localização, assegurar a circulação de informação, documentação e obras no espaço da CPLP e viabilizar o acesso às obras e documentos constantes do catálogo integrado, aos utilizadores registados junto das Bibliotecas Nacionais e instituições de ensino superior do espaço da CPLP.

A sessão de abertura do “Encontro de Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP” contou com as alocações da Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, e do Embaixador do Brasil junto à CPLP (Presidência *pro tempore* da CPLP), Embaixador Gonçalo Mourão. O painel 1 foi dedicado aos Arquivos Históricos, sob o tema “Preservação e partilha do património documental e cooperação técnica no quadro da CPLP”, tendo como oradores o encarregado do Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Guilherme Frazão Conduru, o diretor Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Martinho Brito, o diretor do Arquivo Histórico de Moçambique, Joel das Neves Tembe, e o administrador do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares, Alfredo Caldeira. A mesa foi moderada por Cátia Miriam Costa, do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.

O painel 2, também sobre Arquivos Históricos, dedicou-se a refletir sobre “Sistemas de arquivo adaptados às novas tecnologias na CPLP: acessos e partilhas”. Com moderação de Cátia Miriam Costa, este painel contou com as intervenções do diretor do Arquivo Histórico da Guiné-Bissau, Alfa Djaló, da diretora do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal (Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas), Ana Canas,



do presidente Autoridade Nacional de Comunicações, João Cadete Matos.

Os painéis 3 e 4 foram dedicados às Bibliotecas Nacionais, com moderação da diretora da Licenciatura em Ciência da Informação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Olívia Pestana. O primeiro deles, subordinou-se ao tema “Cooperação entre Bibliotecas Nacionais na CPLP: do interconhecimento à harmonização de procedimentos” e contou com a participação da curadora da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, Fátima Fernandes, da diretora-geral da Biblioteca Nacional de Portugal, Maria Inês Cordeiro, e da coordenadora da Gestão do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Ana Monteiro.

O último painel do encontro foi orientado para uma reflexão sobre “Redes de Bibliotecas Nacionais: acesso e partilha de documentação no espaço da CPLP”. As intervenções foram protagonizadas pelo diretor da Biblioteca Nacional de Angola, João Lourenço, pelo diretor da Biblioteca Pública Nacional da Guiné-Bissau (INEP), Iaguba Djaló, e da coordenadora do Centro de Gestão e do Conhecimento da Biblioteca e Museu do Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Portugal, Paula Saraiva.

O encontro terminou com a exposição “Arquivo Virtual Comum”, organizada pelo Grupo Internacional de Estudos da Imprensa Periódica Colonial do Império Português (GIEIPC-IP).

5 de Maio celebra Língua Portuguesa no Mundo

O Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP foi comemorado por um conjunto de eventos, em cerca de sessenta países, organizados pelo Secretariado Executivo, pelos embaixadores dos países da CPLP em diversas cidades capitais e acreditados junto a Organizações Internacionais, pelos governos nacionais e pela Sociedade Civil.

Na sede da CPLP, o Secretariado Executivo organizou uma sessão solene para celebrar a língua falada por mais de 260 milhões de pessoas, no dia 3 de maio de 2018, sob o lema «Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP».

A abertura da sessão foi efetuada pela Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, e pelo Representante do Brasil junto à CPLP (Presidência *pro tempore* da CPLP), Embaixador Gonçalo Mourão, seguindo-se uma mesa-redonda para reflexão e debate. A recuperação e preservação da memória histórica merece enfoque no papel dos Arquivos Históricos e das Bibliotecas Nacionais enquanto atores estratégicos na preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP. Nesta senda, no dia 4 de maio, realizou-se o Encontro «Arquivos Históricos e Bibliotecas Nacionais da CPLP».

Ainda no dia 3 de maio, a sessão solene de comemoração deste Dia contemplou, também, a inauguração da exposição «Inspira-te, património criativo, educação patrimonial e empreendedorismo cultural e turismo de conhecimento» - Cidade Velha, Cabo Verde, organizada pela SPHAERA MUNDI / Museu do Mundo, e a entrega do Prémio Literário UCCLA - Novos Talentos, Novas

Obras em Língua Portuguesa, a cargo da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. O vencedor foi Óscar Ruben Maldonado.

Precisamente no dia 5 de maio, as Missões dos Estados-Membros da CPLP junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, organizaram um evento comemorativo do “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”. A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, e o Secretário Geral da ONU, António Guterres, estiveram presentes nesta cerimónia que decorreu nos jardins da ONU.

Na véspera, aconteceu o I Encontro de Academias de Letras da CPLP, uma mesa-redonda subordinada ao tema “A Língua Portuguesa e as Relações Internacionais”, no Centro de Conferências das Nações Unidas, igualmente, em Nova Iorque. Este I Encontro contou com a participação de Luís Kandjimbo, Vice-Presidente da Academia Angolana de Letras, de Domício Proença Filho, ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras, de Vera Duarte, ex-Presidente da Academia Cabo-verdiana de Letras, e de Artur Anselmo, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa. A mesa-redonda, com moderação de Monica Grayley, Chefe da ONU News em Português, debruçou-se sobre a importância político-cultural da língua portuguesa e da cultura dos Estados-Membros da CPLP no mundo.



O “5 de Maio” foi, paralelamente, assinalado no dia 7 de maio com a realização do Encontro “A Educação à Distância na CPLP” e o ato constitutivo da “Associação de Educação à Distância dos Países de Língua Portuguesa”, na Sede da CPLP, local onde também decorreu o lançamento da obra “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa”, a 14 de maio.

A terminar as celebrações, a Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa dos Observadores Consultivos da CPLP organizou um colóquio de encerramento das comemorações do 5 de Maio, sob o mote “Crioulos de Base Portuguesa: Património Linguístico”, no dia 5 de junho de 2018, aberto ao público, na sede da Organização, em Lisboa. O evento juntou diversos intervenientes da sociedade civil e representantes de instituições de ensino, que ao longo dos diferentes painéis discutiram o tema do colóquio sobre quatro perspetivas: investigação, emoção, preservação e criação.

O dia 5 de maio foi instituído como o “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”, a 20 de julho de 2009, por resolução da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, decorrida na cidade da Praia, Cabo Verde.



Secretária Executiva destaca importância do Prémio UNESCO-Guiné Equatorial

A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, esteve presente na cerimónia de entrega do “Prémio Internacional UNESCO-Guiné Equatorial de Pesquisa em Ciências da Vida - 2017”, a 30 de março de 2018, em Malabo.

Maria do Carmo Silveira deslocou-se a este Estado-Membro da CPLP a convite do Presidente da República, Obiang Nguema Mbasogo. Entre inúmeras personalidades, tomaram a palavra na cerimónia o Presidente Obiang Nguema Mbasogo, a Diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, o Presidente da República do Gana, Nana Akufo-Addo, o ministro equato-guineense da Educação e a presidente do município de Malabo, para além dos galardoados.

Sobre este evento, a Secretária Executiva realçou que “a investigação científica é o grande doador de conhecimentos para a sociedade. É a ferramenta mais útil que a sociedade humana tem para o seu desenvolvimento social, económico e cultural.” Por este motivo, Maria do Carmo Silveira sublinhou que “o empenho do governo da Guiné Equatorial em impulsionar a investigação em ciências da vida e a colaboração internacional neste âmbito é louvável e merece o nosso reconhecimento”.

A Secretária Executiva congratulou o investigador português premiado, Rui Luís Gonçalves dos Reis, da Universidade do Minho, sendo que “as pesquisas efetuadas são exemplo de inovação e do que pretendemos na CPLP”, e felicitou, ainda, o Volcani Center de Israel e o professor argentino Ivan Antonio



Izquierdo, “saudando a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no Brasil, Estado-Membro da CPLP, por providenciar as condições para estas pesquisas”.

A UNESCO, referiu Maria do Carmo Silveira, “merece, igualmente, o nosso reconhecimento enquanto plataforma multilateral de promoção da Ciência, da Educação e da Cultura. A UNESCO tem dado um efetivo contributo para a Paz, para o desenvolvimento humano e o pluralismo, respeitando a diversidade e promovendo a sociedade do conhecimento”.

Recordemo-nos que, a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em 2016, em Brasília, felicitou a iniciativa da Guiné Equatorial em instituir o Prémio UNESCO em Ciências da Vida e lembrou que, no ano de 2015, foi atribuído a um cidadão de um Estado-Membro da CPLP.

CRIADA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



A assinatura do termo de constituição da “Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa” aconteceu durante o encontro “A Educação a Distância na CPLP”, no dia 7 de maio de 2018, no auditório da Sede da Comunidade.

Com o Alto Patrocínio da CPLP e celebrando o “5 de Maio – Dia da Língua Portuguesa e da Cultura”, o encontro foi organizado pela Universidade Aberta (Portugal) e contemplou uma conferência sobre os desafios do ensino a distância nos países da CPLP, proferida por Carlos Eduardo Bielschowsky, Presidente da Fundação CECIERJ / Consórcio CEDERJ, e um painel para refletir sobre as realidades e perspetivas da Educação a Distância nos Estados-Membros da CPLP, moderado por António Correia e Silva, ex-ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, e tendo como participantes representantes de Instituições de Ensino Superior de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



Programa CPLP Audiovisual alavanca Conhecimento Mútuo

O III Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentários da CPLP (DOCTV CPLP III), inserido no Programa de Fomento à Produção e Difusão de Conteúdos Audiovisuais da CPLP (Programa CPLP Audiovisual) está em curso durante o triénio 2017-2019. Os nove projetos selecionados foram analisados por uma Comissão Internacional de Seleção do Concurso Internacional do DOCTV CPLP III, composta pelos cineastas António Ole (Angola), Leonor Silveira (Portugal), Tatiana Cobbett, em representação de Adélia Sampaio (Brasil), Leão Lopes (Cabo Verde) e Flora Gomes (Guiné Bissau).

Esta terceira edição do DOCTV, do Programa CPLP Audiovisual, vem exponenciar o sucesso já alcançado nas edições anteriores, contribuindo para o intercâmbio cultural, para o aumento do conhecimento mútuo e para a implementação de políticas públicas integradas de fomento à produção e à teledifusão de conteúdos audiovisuais nos Estados-Membros da CPLP.

Este concurso 2017-2019 tem como objetivo selecionar e produzir nove projetos inéditos de documentários - um por cada Estado-Membro da Organização - que apresentem uma visão original de abordagem dos processos contemporâneos da respetiva realidade nacional. As inscrições estiveram abertas entre 6 de fevereiro e 6 de abril de 2018, tendo sido submetidos 192 projetos. A divulgação dos vencedores realizou-se no dia 9 de maio de 2018, depois de dois dias de reunião daquela comissão, na sede da CPLP, em Lisboa.

Os realizadores e produtores executivos dos projetos vencedores do Concurso Internacional do Programa Audiovisual DOCTV CPLP III tiveram a oportunidade de participar na Oficina de Desenho Criativo de Produção, nas Termas de Monfortinho, em Idanha-a-Nova, entre os dias 3 e 7 de junho de 2018. O programa contemplava ainda a discussão de estratégias de realização e produção com os tutores artísticos e técnicos, Luís Correia, Maria João Mayer, Patrícia Faria e Pedro Pimenta, e a assinatura dos contratos de coprodução.



Cada projeto vencedor deste concurso é beneficiário de:

- Celebração de um Contrato de Coprodução de Obra Audiovisual para televisão, entre a CPLP, o Realizador e o Produtor, no valor de 50.000 € (cinquenta mil euros).
- Participação do realizador e do Produtor numa Oficina de Desenho Criativo.
- Estreia mundial do documentário nas emissoras públicas de televisão componentes da Rede CPLP Audiovisual.

A cerimónia de lançamento do concurso da 2.ª edição do Programa CPLP



Audiovisual (2017/2019) realizou-se no dia 6 de fevereiro de 2018, no Palácio Conde de Penafiel, em Lisboa, na qual estiveram presentes a Diretora-Geral da CPLP, Georgina Benrós de Mello, o Embaixador de Portugal junto da CPLP, embaixador Mário Santos, o Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), Luís Chaby Vaz, e em representação do Conselho de Administração da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, Carlos Maio.

O Programa CPLP Audiovisual, com coordenação do Secretariado Executivo da CPLP e do ICA, junta a denominada “Rede CPLP Audiovisual”: uma rede formada pelo conjunto dos Polos Nacionais (Autoridades Audiovisuais e Televisões

Públicas nacionais) responsáveis pela execução dos planos de trabalho DOCTV CPLP III nos respetivos territórios.

O Programa CPLP Audiovisual baseia-se em três linhas de ação:

- III Programa de Fomento à Produção e à Teledifusão do Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP III);
- II Programa de Fomento ao Desenvolvimento, Produção e Teledifusão de Obras de Ficção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (FICTV CPLP);
- II Programa de Intercâmbio de Teledifusão de Documentários

(NOSSA LÍNGUA), que já estão a ser exibidos nas televisões públicas dos nove Estados-Membros.

O Programa CPLP Audiovisual espelha os seus objetivos no Plano Estratégico e Plano de Ação para Cooperação Multilateral na Cultura, aprovado pela Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, realizada em 2014, em Maputo, Moçambique. Nomeadamente, nos eixos estratégicos: Indústrias Culturais e Economias Criativas na CPLP; Diversidade de Expressões Culturais na CPLP e; Internacionalização da CPLP no Domínio da Cultura.



PAV.CPLP.ORG

VENCEDORES DOCTV CPLP III

Angola

“Elinga Teatro 1988/2008”, de Paulo Azevedo, produzido por F. Media Prestação de Serviços.

Brasil

“Entre a Porta e a Rua”, de Rafael Figueiredo, produzido por Coopas – Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual de saúde, Saneamento e Meio Ambiente Lda.

Cabo Verde

“Bidon: Nação Ilhéu”, de Celeste Fortes, produzido por Eden Produções Lda.

Guiné-Bissau

“Bijagó o Tesouro Sagrado”, de Domingos Sanca, produzido por Procinema, SARL

Guiné Equatorial

“Ritmo de Ida Y Vuelta”, de Ngolo Leticia Idjabe Makuale, produzido por 16 Novenos Producciones.

Moçambique

“A experiência de Moçambique na gestão de mudanças climáticas (2000-2018)”, de Tania Machonisse, produzido por Blue Art Filmes, Lda.

Portugal

“Margot Dias, uma Viagem aos Macondes de Moçambique”, de Catarina Alves Costa, produzido por Midas Filmes.

São Tomé e Príncipe

“O Estado Crioulo de África”, de Teodora de Ceita da Luz Martins, produzido por GS Produções.

Timor-Leste

“Música da Resistência”, de Francisca Maia, produzido por Crocfaek Unipessoal, Lda.

COORDENADORES DOS POLOS NACIONAIS

Angola: IACAM, Ministério da Cultura, Ministério da Comunicação Social e Televisão Pública de Angola;

Brasil: Secretaria do Audiovisual e EBC;

Cabo Verde: Ministério da Cultura, Rádio Televisão de Cabo Verde;

Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Cinema e Audiovisual e Televisão da Guiné-Bissau;

Guiné Equatorial: Ministério da Cultura e Turismo e RTVGE;

Moçambique: INAC e Televisão de Moçambique;

Portugal: ICA e Rádio e Televisão de Portugal;

São Tomé e Príncipe: Direção Geral da Cultura e Televisão São-tomense;

Timor-Leste: Secretaria de Estado do Turismo, Arte e Cultura e Radio Televisão de Timor-Leste.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR SÃO PRIORIDADES



O Ensino Superior e a Ciência e Tecnologia são prioridades da CPLP, conforme as conclusões da VIII Reunião de Ministros da CPLP, decorrida no dia 21 de junho de 2018, em Brasília.

Em perfeito alinhamento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tema da presidência de turno brasileira da CPLP, reconhece-se que as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são estratégicas para o alcance dos 17 objetivos e 169 metas desta agenda internacional.

Muitas foram as decisões que fortalecem o compromisso na cooperação multilateral em ciência, tecnologia e ensino superior para a promoção do desenvolvimento, por meio da capacitação científica e tecnológica das instituições, pesquisadores e estudantes de ensino superior dos Estados-Membros da CPLP;

Para este objetivo, concorre o início das atividades do projeto do Repositório Científico da CPLP – com a participação

de Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal no projeto-piloto e a instalação da rede de peritos nacionais, em Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe -, assim como a realização do evento “Brasília, Capital da Ciência e Tecnologia da CPLP 2016/2018, realizada durante a 14ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Brasil, entre 23 e 29 de outubro de 2017, com destaque para a realização da oficina “Ciência e Tecnologia Aplicadas às Ações de Mitigação e Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) de Emissões de Gases de Efeito Estufa” e o apoio dado aos resultados.

A possibilidade de passar os projetos bilaterais a multilaterais entre os Estados-Membros da CPLP e os esforços para o próximo Programa-Quadro Horizonte Europa contemple o reforço da cooperação científico-tecnológica entre a Europa e os vários países de Língua Portuguesa podem conceder maior dinamismo, entre outras iniciativas nesta dimensão.

Os ministros enalteceram, ainda, os trabalhos desenvolvidos pela Rede de Investigação Agroalimentar da CPLP e saudaram o início da aproximação entre instituições de ensino superior dos países membros e da República Checa, Observador Associado da CPLP, no âmbito da implementação do programa de mobilidade Académica entre a República Checa e os Estados-Membros da CPLP, na primeira fase englobando Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Mais informação: www.cplp.org/esct

PORTAL DE ACESSO ABERTO PARA DIVULGAR CONHECIMENTO



O projeto do Repositório Científico – Portal de Acesso Aberto da CPLP ambiciona promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP», mediante a criação de uma base de dados eletrónica.

No âmbito da VIII Reunião Ministerial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP, decorreu uma oficina sobre o Repositório Científico da CPLP, juntando os pontos focais nacionais com esta tutela, em Brasília, no dia 19 de junho de 2018, para debater aspetos técnicos necessários para o

desenvolvimento deste instrumento. Nas Declarações Finais das reuniões ministeriais que orientam a área do Ensino Superior, da Ciência e da Tecnologia na CPLP, a partilha de recursos e o fomento do acesso à informação e publicações tem assumido um lugar de relevo. Em 2013, os Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP inscreveram a criação do Repositório como uma ação prioritária para a consolidação da comunidade académica e científica da CPLP.

Em 2014, tal desiderato foi realçado novamente em reunião ministerial,

sendo destacada a “importância de identificar e promover ações conjuntas para a qualificação académica, científica e tecnológica de recursos humanos dos Estados-Membros da CPLP [...] e através da facilitação do acesso livre aos repositórios científicos dos Estados-Membros”.

Com a construção do Repositório Científico da CPLP, garantem-se condições para estimular o aproveitamento do potencial das TIC ao serviço da CPLP, através da disponibilização de *softwares* livres e acervos bibliográficos de acesso à produção científica.





Educação com agenda concreta de ações

A dimensão da Educação na CPLP ganhou dinamismo com a ênfase dada pela Presidência *Pro Tempore* brasileira no domínio da Língua Portuguesa, do Ensino Técnico e Profissional, da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e da Alimentação Escolar.



Esta foi uma conclusão dos Ministros da Educação da CPLP, reunidos pela décima vez, no dia 16 de março de 2018, na cidade de Salvador. O grande mote do debate ministerial foi analisar e prosseguir o reforço da implementação do Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP, para o período de 2016 a 2020 – aprovado na IX Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em 2016, em Díli – por meio de atividades, projetos e programas de cooperação multilateral nos domínios da Educação e do Ensino Técnico e Profissional.

Nesta senda, durante a presidência *pro tempore* do Brasil na CPLP, o empenho na dimensão da Educação ficou patente em diversas vertentes, entre as quais, a alfabetização e o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis e tipos de ensino, enquanto elemento fundamental para garantir o bem-estar físico, mental e social, em alinhamento com o ODS 4. Paralelamente, foi dada relevância à necessidade de fortalecer a cooperação multilateral por meio do reforço da capacitação das instituições de educação, particularmente do Ensino Técnico e Profissional, nos Estados-Membros da CPLP, assim como destacada a importância da promoção contínua e engajada de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para as gerações presentes e futuras da CPLP.

Não de somenos importância, os ministros reconhecem ainda a necessidade de aprimorar a capacitação de professores de Língua Portuguesa, condizente com a sua magnitude, e assinalam a alimentação escolar como incentivo ao consumo de alimentos saudáveis que possa contribuir para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem dos alunos dos países membros.

De notar, igualmente, a verificação dos avanços do Grupo de Trabalho “Pro-

dução de Estatísticas da Educação da CPLP” e a dinamização do Portal da Educação da CPLP e recomendar a continuação dos trabalhos de elaboração do Glossário Técnico da Educação e Formação da CPLP e da Brochura CPLP Educação, no âmbito da implementação do Plano de Ação no primeiro biénio (2016-2018). Recordemo-nos, o I Encontro dos Peritos em Estatísticas da Educação na CPLP decorreu no dia 22 de março de 2017, em Lisboa. Neste encontro, os peritos analisaram e identificaram os principais indicadores estatísticos da educação dos Estados-Membros da CPLP, com vista à definição da metodologia de trabalho para a operacionalização do supra-referido Plano de Ação.

Em matéria de recomendações para o futuro, os ministros com esta tutela recomendam a transversalização da promoção da Igualdade de Género na agenda de trabalho dos Ministros da Educação da CPLP, a estruturação de curso / oficina de capacitação / qualificação para professores, formadores e gestores em Ensino Técnico e Profissional, de cursos de capacitação para docentes sobre aperfeiçoamento das práticas pedagógicas no ensino de e em Língua Portuguesa, e o desenvolvimento de ações de formação, inicial e contínua, específicas para alfabetizadores, educadores e professores de jovens e adultos. Entre outras, por último, destaca-se a recomendação de realização de seminários para a troca de experiências e a identificação de boas práticas para a sustentabilidade dos Programas de Alimentação Escolar dos Estados-Membros.

EVENTOS EM DESTAQUE

- I. “Reunião Técnica CPLP: Desafios no Ensino Profissional e Agenda de Cooperação Técnica”, que teve lugar em Brasília, setembro 2017, com a participação de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné

Equatorial, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe;

- II. “Curso de Aperfeiçoamento para Docentes da Educação Básica - CPLP em Língua Portuguesa”, que teve lugar em Brasília, fevereiro/março de 2018, em parceria com a UNESCO, com a participação de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
- III. “I Oficina sobre Boas Práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos”, que teve lugar em Brasília, março de 2018, com a participação de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste;
- IV. “Seminário Internacional Sustentabilidade dos Programas de Alimentação Escolar nos Países da CPLP” (Salvador, março de 2018), organizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/BR) e do Ministério brasileiro de Desenvolvimento Social com a participação de representantes técnicos de todos os Estados-Membros da CPLP.



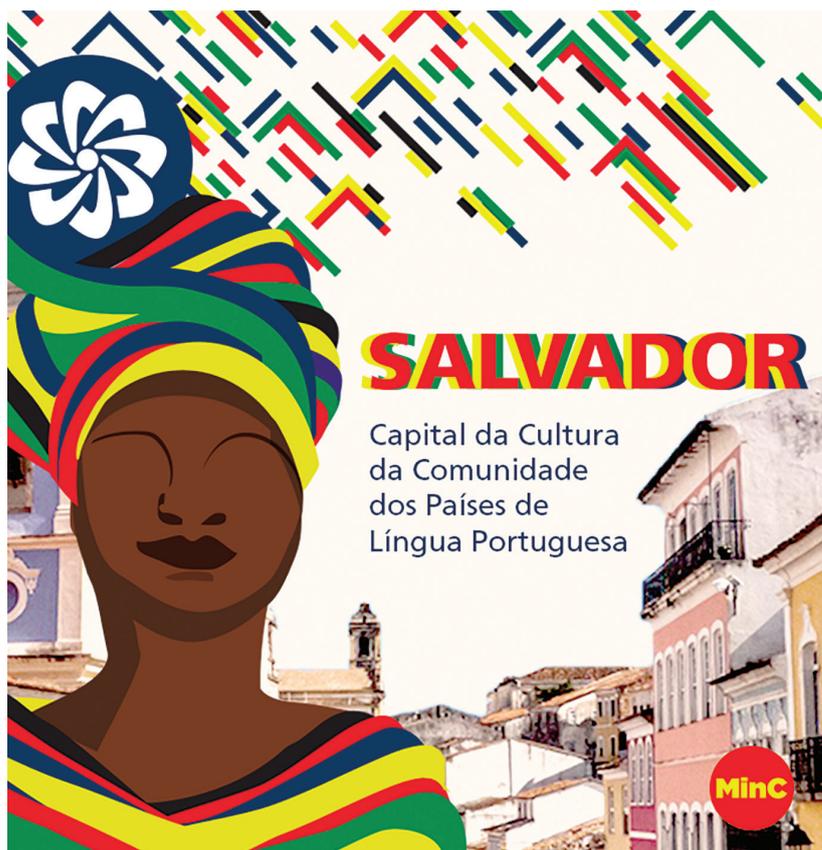
Áudio



Vídeo



Salvador é Capital da Cultura



A X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP decidiu designar a cidade de Salvador, na Bahia, Brasil, como “Capital da Cultura da CPLP” até o fim da presidência *pro tempore* brasileira, em 2018. Esta designação de âmbito cultural na CPLP acontece pela primeira vez e foi sustentada na “importância de Salvador como primeira capital do Brasil (1549-1763), ponto de confluência de culturas europeias, africanas e ameríndias e centro de difusão da língua portuguesa nas mais diversas manifestações culturais”. Acresce que, o conjunto arquitectónico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Salvador foi inscrito como bem cultural na Lista do Património Mundial da Unesco em 1985.

Neste âmbito do Comité do Património Mundial da UNESCO, os ministros



apoiaram a candidatura angolana do Centro Histórico de Mbanza Kongo, o qual foi submetido a votação em julho de 2017, em Cracóvia, na Polónia, com sucesso.

Em linhas gerais, as tutelas da Cultura nos Estados-Membros da CPLP reafirmaram o compromisso de fortalecer a cooperação multilateral nesta dimensão, para o conhecimento mútuo e a

aproximação entre os povos da CPLP, a defesa, preservação e promoção da cultura da paz. Nesta matéria, foi definida a “Criação da Comissão de Património Cultural da CPLP”, a qual já concretizou a primeira reunião em 2018.

Em alinhamento com o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP aprovado na IX Reunião de Ministros da Cultura, em Maputo, em 2014, decidiu-se ainda o lançamento da segunda edição do Programa CPLP Audiovisual, a criação da Rede de Museus da CPLP e a ativação de programas de formação de gestores, técnicos e funcionários de distintas áreas da cultura.

Os ministros recomendaram, ainda, a partilha de boas práticas em matéria de digitalização de acervos documentais e bibliográficos, a criação do Portal da Cultura da CPLP, para sistematização, partilha e divulgação de informações sobre atividades, projetos e programas culturais dos Estados-Membros e a realização da 9ª edição do Festival Internacional de Teatro em Língua Portuguesa.

A X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP decorreu entre 4 e 5 de maio de 2017. Celebrando o dia 5 de Maio – Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, este encontro foi, ainda, marcado por uma série de eventos culturais paralelos que contemplaram exposições fotográficas, apresentações musicais, visitas a monumentos históricos e alusivos ao contato entre o Brasil e diversos Estados-Membros da CPLP, entre outros.



Vídeo



Promoção do Património Cultural com Comissão

A 1ª Reunião da Comissão de Património Cultural da CPLP decorreu a 17 e 18 de maio de 2018, em Salvador, Brasil, sob os auspícios do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil (IPHAN), vinculado ao Ministério brasileiro da Cultura. Compareceram delegações representantes do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e do Secretariado Executivo da CPLP.

Em linha com o estabelecido no Plano de Ação de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2014-2020), referente à ação de estruturação de Programa de Promoção do Património Cultural da CPLP, a Comissão contempla três ações estratégicas: divulgação do conjunto de bens culturais reconhecidos nos Estados-Membros da CPLP; desenvolvimento de atividades formativas para atender a demandas prioritárias dos países membros; e disponibilização de documentação técnica no campo do património cultural para o público em geral.

Nesta matéria, sob a coordenação de Cabo Verde, a Comissão vai produzir um «Atlas do Património Cultural» dos países da CPLP. A proposta é “mapear o conjunto dos bens materiais e imateriais dos países-membros, em plataforma disponível online. O conteúdo será transformado em exposição itinerante, para viajar o mundo, e divulgar nos territórios da CPLP a riqueza do património preservado nos países”, refere a coordenação brasileira da reunião, a cargo do IPHAN. “Não há nada que represente a dimensão humana como o património. É nossa herança, nosso legado”, conceitua Kátia Bogéa, presidente do IPHAN.

A formação de recursos humanos é outro eixo estratégico da CPLP, pelo que foi decidida a realização de dois cursos em gestão de património, com organização do Brasil, com “temáticas prioritárias aos países da CPLP. O primeiro curso, em 2019, será uma capacitação profissional em listas indicativas de Património Nacional, com o propósito de desenvolver as capacidade de inventariar bens culturais nacionais. Em 2020, será aberto um novo curso, de Salvaguarda de Património Cultural Imaterial, cuja política brasileira é referência em todo o mundo”, observou o IPHAN. As duas ações formativas vão ser ministradas pelo Centro Lúcio Costa (CLC/IPHAN).

Com uma agenda de trabalhos intensa, a Comissão fixou a criação de um canal de divulgação de publicações especializadas em Património Cultural, no Portal da CPLP, produzidas pelos países membros, assim como decidiu incluir o Índice Remissivo referente a localização da Documentação Técnica Virtual do Património Cultural, propiciando o intercâmbio de experiências e informações e a difusão de documentos internacionais especializados em Língua Portuguesa.

A Comissão de Património Cultural da CPLP aprovou o logótipo/logomarca apresentada pela delegação brasileira, na forma de uma flor de nove pétalas, com as cores das bandeiras de cada país, “representando a união de nossas nações. A marca simboliza o soneto “Língua Portuguesa”, do poeta parnasiano brasileiro Olavo Bilac, que em seu verso “Última flor do Lácio, inculta e bela”, se refere ao idioma Português, como a última língua derivada do latim falado no Lácio, região italiana”, refere o IPHAN.



Os representantes dos Estados-Membros da CPLP desenvolveram, ainda, um regulamento interno para o funcionamento da Comissão de Património Cultural da CPLP. A proposta é que “a comissão volte a se reunir a cada ano, para avaliar os resultados da agenda estratégica que foi definida para o próximo biénio”.

Este primeiro encontro aconteceu durante o exercício pelo Brasil da presidência rotativa da CPLP, dando seguimento ao emanado pela X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, decorrida a 5 de maio de 2017, nesta mesma cidade capital da Bahia. Recordemo-nos que, naquela ocasião, o património cultural foi exacerbado enquanto dimensão estratégica para o fortalecimento dos laços que unem a Comunidade, tendo sido definido em resolução que a Comissão de Património Cultural da CPLP vai reunir as instituições públicas incumbidas da preservação e salvaguarda do património cultural, reforçando a capacidade institucional dos Estados-Membros nesta matéria.



CPLP APOIA CANDIDATURA DA OBRA DE AMÍLCAR CABRAL A PROGRAMA DA UNESCO

A CPLP concedeu apoio institucional à candidatura da obra de Amílcar Cabral, sob a responsabilidade da Fundação Amílcar Cabral, à inscrição no programa “Memória do Mundo” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A Fundação Amílcar Cabral é uma organização sem fins lucrativos cabo-verdiana, fundada em 2005, com a missão de preservar a obra e memória de uma das figuras históricas de Cabo Verde. O Programa “Memória do Mundo” da UNESCO, estabelecido em 1992, tem como objetivo “assegurar o acesso permanente e universal e a preservação do património documental”.



CPLP APOIA III FESTIVAL DE POESIA DE LISBOA

O Secretariado Executivo da CPLP atribuiu apoio institucional ao III Festival de Poesia de Lisboa, organizado pela Helvetia Edições, previsto decorrer entre os dias 13 e 15 de setembro de 2018, na sede da CPLP. Trata-se de uma iniciativa cujo objetivo é a preservação e a disseminação da Língua Portuguesa através da poesia. O evento realiza-se com oficinas, mesas redondas, palestras, o lançamento oficial de uma antologia que congrega todos os poemas inscritos “A Vida em Poesia III” e, ainda, a entrega de prémios aos três melhores trabalhos poéticos.

PRÉMIO INTERNACIONAL DEDICADO A AGOSTINHO NETO

O “Prémio Internacional de Investigação Histórica Agostinho Neto”, edição 2017-2018, organizado pela Fundação Dr. António Agostinho Neto (FAAN), que detém a categoria de Observador Consultivo da CPLP, e o Instituto Afro-brasileiro de Ensino Superior (IABES), representado pela Faculdade Zumbi dos Palmares (FZP) é um concurso internacional, realizado de dois em dois anos, que se destina a galardoar as obras de investigação escritas sobre Agostinho Neto, Angola, África, Brasil, a Diáspora e Afrodescendentes que contribuam para o melhor conhecimento da história de Angola, Brasil e África. O regulamento prevê a distinção do(s) autor(es) através de um diploma, um troféu e a quantia de 50.000 USD (cinquenta mil dólares), aproximadamente 40.000 € (quarenta mil euros).

UCCLA ORGANIZA III PRÉMIO LITERÁRIO “NOVOS TALENTOS, NOVAS OBRAS EM LÍNGUA PORTUGUESA”

O vencedor da 3.ª edição do Prémio Literário UCCLA - Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa foi atribuído ao livro de poesia “Equilíbrio Distante” da autoria de Oscar Ruben Lopez Maldonado, Paraguai, de 48 anos, que reside em São Paulo, no Brasil. A obra vencedora foi apresentada no dia 3 de maio, no âmbito das celebrações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na Sede da CPLP. A UCCLA, que detém o estatuto de Observador Consultivo da CPLP, estabeleceu este galardão que se destina a promover obras literárias – prosa de ficção e poesia – em Língua Portuguesa, de novos talentos escritores, que vão ser objeto de edição e publicação pelas entidades promotoras.



ISCSP APRESENTA COLEÇÃO “ESTUDOS SOBRE A CPLP”

O Secretariado Executivo da CPLP acolheu a apresentação da Coleção “Estudos sobre a CPLP”, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), no dia 14 de maio de 2018. Esta apresentação inseriu-se nas comemorações do 5 de maio, sob o lema “A preservação do legado histórico e cultural dos Estados-Membros da CPLP”. No evento foi apresentada a coleção, nomeadamente, a obra “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa”, coordenada pela Professora Sónia Sebastião.

DASP E LUSITANISTAS LEVAM CPLP À ALEMANHA

A Sociedade Alemã para os Países Africanos de Língua Portuguesa (DASP) organizou o colóquio “Convergência e divergência: a CPLP como espaço cultural e económico e sua perceção na Europa”, em novembro de 2017, na Alemanha. No decorrer do colóquio, os participantes tiveram oportunidade de assistir ao telefilme de Moçambique “O dia em explodiu Mabata bata” e ainda ao documentário de Portugal “A Casa”, projetos vencedores do DOCTV II e FICTV I, respetivamente. No final do colóquio, foi aberta a exposição comemorativa do vigésimo aniversário da Organização: “20 anos – O Futuro Aposta na CPLP”. A categoria de Observador Consultivo foi atribuída à DASP na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 2016, em Brasília. Paralelamente, o Secretariado Executivo da CPLP interveio na sessão solene de abertura do 12º Congresso Alemão de Lusitanistas, em setembro de 2017, na Universidade Johannes Gutenberg, em Mogúncia, na Alemanha, organizado pela Associação Alemã de Lusitanistas.



Agricultura Familiar abordada em reunião de alto nível



O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal e o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (SECPLP), com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), organizaram uma Reunião de Alto Nível sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP (RANAF), entre os dias 5 a 7 de fevereiro de 2018, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O evento reuniu entidades relevantes para a promoção da Agricultura Familiar no contexto de cada Estado-Membro da CPLP, contando assim com a presença de ministros desta tutela, ou seus representantes, o Diretor-Geral da FAO, José Graziano, o representante do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), representantes de 17 milhões de agricultores familiares, de 500 organizações da Sociedade Civil, de dezenas de representantes do setor empresarial agrícola, agroindustrial e das universidades e instituições de investigação agrícola da CPLP, com o objetivo de partilha e discussão sobre políticas e programas intersetoriais e o acesso a mercados inclusivos.

Deste acontecimento, resultou um documento intitulado a “Carta de Lisboa Pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar”, que surge na “necessidade de elaborar, melhorar e reforçar as estruturas

institucionais que regulam as políticas de apoio à agricultura familiar e às comunidades rurais, de forma a promover o seu fortalecimento económico e a sua capacidade para tornar mais sustentáveis os sistemas de produção, de comercialização e de consumo de alimentos”.

Os Estados-Membros da Comunidade assumiram vários compromissos, dos quais se destacam a promoção de uma ampla discussão nacional sobre a temática em assunto e respetivo reconhecimento legislativo, a priorização da implementação e atualização de registos dos agricultores familiares, a adoção “dentro de uma perspetiva intersectorial e intergovernamental, [de] estratégias que combinem ações transversais e políticas específicas que promovam as efetivas igualdade, autonomia e não discriminação das mulheres, dos jovens e das comunidades rurais, valorizando e reconhecendo o seu trabalho”. Terminando com a recomendação de “transmissão deste acordo, pelas vias adequadas, à próxima Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP que se realizará em Cabo Verde, em 2018, por ocasião da XII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP”

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) recomendou o apoio dos Estados-Membros a uma campanha mundial por uma década de Agricultura Familiar. Em resolução, a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, decorrida em Brasília, em 2016, recomendou a subscrição junto das Nações Unidas de uma manifestação conjunta para declarar este lema, no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesta senda, em outubro de 2017, sob a liderança da Costa Rica, um grupo de 14 países, incluindo Angola e Portugal, apresentaram às Nações Unidas um

projeto de resolução para uma década de promoção de políticas para a Agricultura Familiar. A 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2017, proclamou a «Década para a Agricultura Familiar 2019-2028».

A “Década” pretende melhorar as condições de trabalho e qualidade de vida dos agricultores. O documento conceptual da iniciativa refere que “os objetivos passam por contribuir para os esforços da comunidade internacional para acabar com a pobreza e reduzir a desigualdade e o combate às mudanças climáticas”.

Entre os principais objetivos da CPLP, está o compromisso de erradicação da fome nos seus Estados-Membros até 2025. A IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP realizada em julho de 2012, em Maputo, ratificou a Estratégica de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), adotando uma abordagem baseada em direitos, e a criação do CONSAN-CPLP, órgão de governança multi-atores.

A CPLP, no âmbito da sua Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), aprovada no âmbito da IX Conferência CPLP, desenvolveu, recentemente, um conjunto de “Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP”, que ambicionam ampliar o reconhecimento deste setor e o seu fortalecimento mediante políticas de acesso aos recursos naturais, de garantia do direito à terra e aos territórios, de apoio à produção, tecnologia e serviços, de promoção da autonomia das mulheres rurais, de inserção da juventude, de proteção social e de acesso a serviços públicos.

Mais informação: www.cplp.org/san



CPLP e OIT juntam-se por uma “Geração Segura e Saudável”



A CPLP juntou-se pelo oitavo ano consecutivo à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para assinalar o dia 12 de junho, “Dia Internacional Contra o Trabalho Infantil”. Este ano dedicado a uma campanha conjunta que pretende não só eliminar o trabalho infantil, como melhorar a segurança e a saúde dos(as) trabalhadores(as) jovens, denominada de “Geração Segura e Saudável”, uma iniciativa global aliada ao Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, assinalado a 28 de abril.

Esta campanha destina-se a impulsionar ações para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais concretamente a meta 8.7 - “Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas”.

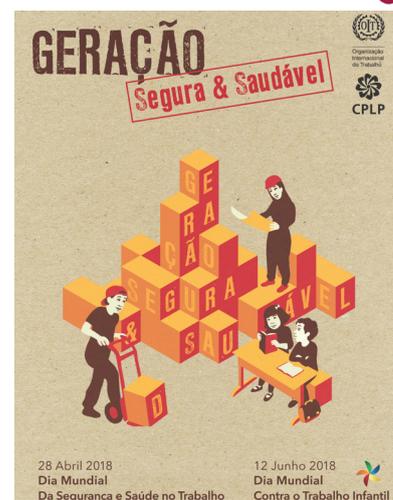
Recordemo-nos que, na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2016, o Brasil adotou como tema da presidência *pro tempore* da Organização, para o biénio 2016-2018, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesta edição, a campanha apela a uma ação concertada a fim de:

- I. Promover a ratificação universal e a implementação das principais convenções da OIT sobre trabalho infantil e sobre segurança e saúde no trabalho (SST);
- II. Promover estratégias integradas para pôr fim às formas perigosas de trabalho infantil e abordar os riscos específicos de segurança e

- saúde que os(as) trabalhadores(as) jovens enfrentam;
- III. Assegurar uma educação de qualidade para todas as crianças e integrar a SST no sistema educativo e de formação profissional;
 - IV. Fortalecer a base de evidência com vista à melhoria de políticas e práticas para eliminação das formas perigosas de trabalho infantil;
 - V. Dar resposta às vulnerabilidades específicas das crianças mais novas e impedir que trabalhem;
 - VI. Promover o reforço da intervenção tripartida com vista à melhoria da SST para os(as) trabalhadores(as) jovens e eliminar as formas perigosas de trabalho infantil, com base na experiência das organizações representativas de empregadores e trabalhadores.

Nos últimos anos, foram alcançados progressos significativos no espaço da CPLP, nomeadamente, através da cooperação sul-sul e triangular e mediante o intercâmbio de experiências e do apoio mútuo, tal como prevê a Convenção (nº 182) da OIT sobre a Interdição das piores formas de trabalho infantil. Nesta senda, os Estados-Membros da CPLP participaram na IV Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, coorganizada pela OIT e pelo Governo Argentino, decorrida entre os dias 14 e 16 de novembro de 2017, em Buenos Aires, na qual foi apresentada uma “Declaração Conjunta da CPLP”, incumbência



atribuída ao Secretariado Executivo da CPLP, na Reunião Informal de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizada em junho de 2016, em Genebra.

O ano de 2016 foi declarado o “Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil”, durante a XIII Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, em Tíbar, Timor-Leste, em 2015, na qual os ministros com esta tutela nos Estados-Membros da CPLP decidiram prosseguir as campanhas conjuntas com a OIT.

A associação da CPLP a esta campanha mundial resulta de uma Resolução dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em 2011, em Luanda, onde decidiram intensificar os esforços conjuntos para a Prevenção e a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil no espaço da Comunidade.

MOTES DAS OITO CAMPANHAS CPLP/OIT “CONTRA O TRABALHO INFANTIL”

2018 - Geração Segura e Saudável

2017 – Trabalho Infantil em Conflitos e Catástrofes

2016 – Eliminar o Trabalho Infantil nas Cadeias de Abastecimento

2015 – Não ao Trabalho Infantil, Sim a uma Educação de Qualidade

2014 – Extensão da Proteção Social

2013 – Não ao Trabalho Infantil no Trabalho Doméstico

2012 – Direitos Humanos e Justiça Social, Vamos Acabar com o Trabalho Infantil

2011 – Cuidado! Crianças em Trabalho Perigoso



Por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas



A CPLP anunciou o ano 2018 como o “Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas” durante a abertura da 62ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (Commission on the Status of Women – CSW), em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas (ONU), através da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, representante da República Federativa do Brasil, que detém a presidência *pro tempore* CPLP para o biênio 2016-2018. Esta sessão decorreu entre os dias 16 e 23 de março de 2018, focando os desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de género e o empoderamento feminino.

A Secretária Especial de Políticas para as Mulheres referiu ao longo do discurso que “o empoderamento de mulheres e meninas rurais, tema prioritário dessa sessão da CSW, é um objetivo da mais alta importância para os países da CPLP. Compartilhamos a opinião de que a transversalização da temática de género é essencial para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, para erradicar a pobreza, a fome e a desnutrição, promover a segurança alimentar e nutricional, fortalecer as economias locais e regionais e consolidar a paz, o progresso e a justiça social.”

Recordemo-nos que Brasília acolheu a 31 de outubro de 2017, a V Reunião das Ministras e Altas Autoridades para a Igualdade de Género da CPLP, contando com a participação de delegações dos nove Estados-Membros e da Secretária Executiva, Maria do Carmo Silveira, para a apreciação da proposta de Plano de Ação para Promoção da Igualdade e Equidade de Género 2017-2019, com o foco na promoção do empoderamento de todas as mulheres e meninas, e reconheceram na declaração ministerial “que a promoção da igualdade de género e empoderamento de todas as mulheres e meninas são essenciais para a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e decidiram declarar 2018 como o “Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas”. O encontro foi coordenado pela presidência *pro tempore* da CPLP, nomeadamente, pela Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres do Brasil, Fátima Pelaes, tendo a reunião contado ainda com a presença do Subsecretário geral da África e Oriente Médio do Ministério brasileiro das Relações Exteriores, embaixador Fernando Abreu.

A anteceder este encontro ministerial os pontos focais juntaram-se numa reunião técnica, na qual foram realizadas mesas técnicas – as quais versaram sobre o

empoderamento das mulheres e meninas do campo, das águas e da floresta, a educação para prevenção da violência contra as mulheres e meninas e os desafios para implementar legislação para a igualdade de género. Ainda no dia 31 de outubro, as ministras realizaram uma visita à Casa da Mulher Brasileira e participaram num almoço com a Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP).

À margem da V Reunião de Ministras e Altas Autoridades para Igualdade de Género da CPLP, Maria do Carmo Silveira, e a representante da ONU Mulheres, Ana Carolina Querino, assinaram um Memorando de Entendimento, no dia 31 de outubro, em Brasília. O ato foi testemunhado pelos representantes dos Estados-Membros da CPLP nesta reunião ministerial, os quais congratularam-se na Declaração Final com este ato, “reconhecendo a importância de a Comunidade estabelecer e fomentar parcerias internacionais com entidades relevantes, de modo a alcançar o empoderamento de todas as mulheres e meninas”.

Importa situar que na última reunião ministerial, em Díli, a 10 de maio de 2016, as ministras desta tutela debruçaram-se sobre o “Empoderamento Económico da Mulher, Género e Globalização”.

A Igualdade de Género é o quinto, dos dezassete, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Recordemo-nos que, a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, decorrida a 31 de outubro e 1 de novembro de 2016, saudou a adoção histórica pelas Nações Unidas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A Presidência *pro tempore* brasileira da CPLP escolheu para o seu mandato de dois anos o lema “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.



MINISTROS REITERAM ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS ATÉ 2030



Os Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos países da CPLP reuniram-se em Brasília, no dia 21 de março de 2018, com o objetivo de debater assuntos relacionados com a Gestão de Recursos Hídricos e Serviços da Água nos Estados-Membros.

Na declaração derivada deste encontro, ficou reiterado o compromisso de, até 2030, “garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos os cidadãos dos países de língua oficial portuguesa”.

Destacando os avanços já alcançados pelos Estados-Membros da CPLP na melhoria do acesso à água potável e ao saneamento, bem como na gestão integrada dos recursos hídricos nos seus países, os responsáveis nacionais reunidos no Brasil reafirmaram o compromisso da CPLP em “desempenhar um papel ativo no debate e no seguimento das recomendações do 8º Fórum Mundial da Água, renovando o seu compromisso político e projetando uma visão ambiciosa e universal para a gestão sustentável e uso eficiente da água na Comunidade”.

Os ministros e autoridades declararam diversas constatações, como, por exemplo, o “papel de relevo que a cooperação no seio da CPLP poderá ter no cumprimento da Agenda 2030 e da implementação do Acordo de Paris, no domínio da Água,

nomeadamente a importância de reforçar a capacitação, a investigação, o intercâmbio técnico e científico e as parcerias entre vários atores, com vistas à materialização dos compromissos assumidos” ou, também, a “importância de fomentar cooperação entre instituições, facilitando a transferência de tecnologias, conhecimentos e boas práticas para gestão, preservação e uso eficiente da água, de forma a reduzir a pressão sobre os recursos naturais”.

Realizada à margem do 8º Fórum Mundial da Água, esta reunião da CPLP entre as tutelas nacionais dos países membros reforçou o alinhamento multilateral com os ODS, tomando decisões e notando que aquele evento internacional foi realizado pela primeira vez num Estado-Membro, inserindo com maior força a Comunidade no debate sobre uma nova agenda para a Água. Foram tomadas decisões no domínio da água e da mudança do clima, do Desenvolvimento Sustentável e do ODS 6, dos ecossistemas aquáticos, da governança da água, da gestão integrada dos recursos hídricos e do financiamento das políticas da água.

Estas decisões dão cumprimento ao emanado da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, decorrida em 2016, em Brasília, na qual a Presidência *pro tempore* da CPLP, exercida pelo Brasil, escolheu para o seu mandato de dois anos o lema “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” - alinhando a CPLP, em particular, com o ODS 6 “Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos”.



Declaração



AMBIENTE COM ESFORÇOS REDOBRADOS

Os ministros do Ambiente da CPLP encontraram-se na sétima reunião ordinária, em Brasília, em 21 de Março de 2018, à margem do 8º Fórum Mundial da Água.

Estes responsáveis estavam inspirados pela vontade de fortalecer a concertação política e a cooperação no domínio do ambiente, pelo que decidiram redobrar esforços para a implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP “como importante instrumento para executar as iniciativas de interesse comum e promover a troca de experiências, ações e projetos de sucesso”. Os ministros reconheceram, também, o interesse na “institucionalização de uma reunião de ministros responsáveis pela água, recomendando ao Secretariado Executivo da CPLP que promova as consultas necessárias junto às competentes autoridades dos Estados-Membros relativas à sua autonomização”.



As tutelas com a pasta do Ambiente congratularam, ainda, o lançamento da Rede CPLP Ambiente, enquanto “ferramenta de promoção do diálogo permanente entre os Estados-Membros da CPLP para a partilha de informação e boas práticas ambientais”.



Declaração



CPLP apresenta Declaração ao 8º Fórum Mundial da Água



O primeiro dia do 8º Fórum Mundial da Água ficou marcado pela apresentação de uma Declaração da CPLP, na voz da Secretária Executiva, Maria do Carmo Silveira. Na conferência de ministros inserida nos debates temáticos políticos, surgiu a ocasião para realçar o empenho da CPLP “para atuar como plataforma relevante na implementação e seguimento das recomendações do 8º Fórum Mundial da Água renovando o seu compromisso político e projetando uma visão ambiciosa e universal para a gestão sustentável da água e do saneamento na Comunidade”.

Na declaração proferida por Maria do Carmo Silveira, a CPLP reconhece que a “cooperação em todos os níveis e em todos os setores e partes interessadas, incluindo o compartilhamento de conhecimento, experiências, inovação e, quando apropriado, soluções é fundamental para promover a gestão sustentável da água e explorar sinergias com os diversos aspetos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável relacionados à água”.

O apelo da CPLP sublinha a premência em torno de uma ação decisiva sobre a água. Urge desenvolver e compartilhar soluções, incentivar a cooperação transfronteiriça com base em soluções vantajosas para todos, reforçar a necessidade urgente de respeitar o direito à água potável e ao saneamento como direitos

humanos fundamentais, promover o potencial da geração jovem como agente de mudança e inovação na busca de soluções para desafios de água e saneamento e implementar e compartilhar políticas de educação e melhores práticas em água e saneamento.

No apelo ao 8º Fórum, ficou, também - entre outros pontos -, observada a importância em renovar e reforçar o empenho político para garantir a implementação de ações imediatas e efetivas para superar os desafios relacionados à água e ao saneamento, a necessidade do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) tomar nota dos resultados do 8º Fórum Mundial da Água e de convidar o sistema das Nações Unidas a fortalecer o seu apoio aos países em matéria de água. Na manhã desse dia 19 de março de 2018, a cerimônia de abertura do 8º Fórum Mundial da Água contou com intervenções dos Presidentes do Brasil, Michel Temer, de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, e de São Tomé e Príncipe, Evaristo Carvalho, para além do Vice-Presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Mangue, e de outras personalidades, como os representantes de Estados com a categoria de Observador Associado da CPLP, nomeadamente, o Presidente da Hungria, János Áder, o Primeiro-ministro do Senegal, Mouhammed Dione, e o príncipe-herdeiro do Japão, Naruhito. Os ministros dos Estados-Membros com a tutela do Ambiente e Recursos Hídricos estiveram, igualmente, presentes neste relevante encontro internacional, que decorreu entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília, sob o tema “Compartilhando Água”.

No Centro de Convenções Ulysses Guimarães, realizaram-se diversas sessões paralelas, um encontro de negócios, de-

bates ao nível dos Processos Temático, Regional e Político, um Fórum Cidadão, uma feira de exposições destinada aos pavilhões de países e empresas, abertos ao público, e a criação de um novo Grupo Focal de Sustentabilidade.

Na manhã do dia 20, no Pavilhão de Portugal, o diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, interveio no “I Encontro dos Responsáveis da Regulação dos Serviços de Água Ibero-Americano e da CPLP”, sob o mote “Desafios políticos, institucionais e de regulação para melhorar o acesso aos serviços de água e saneamento”.

Na senda deste evento, realizou-se a VII Reunião de Ministros do Ambiente e um Encontro de Ministros e Autoridades Responsáveis por Recursos Hídricos nos Países da CPLP, no dia 21 de março, resultante de um processo preparatório da participação da CPLP no fórum, que se iniciou com uma reunião técnica preparatória em Lisboa, na sede da Organização, em julho de 2017.

No mesmo dia 21, concretizou-se um evento paralelo no âmbito do FMA, denominado “Construindo pontes entre a abordagem Ecohidrológica da UNESCO-PHI, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Organização dos Estados Ibero-Americanos: pesquisa, educação e capacitação para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” – Cátedra UNESCO Eco-Hidrologia Costeira, UNESCO, Secretariado da Organização dos Estados Ibero Americanos e Secretariado Executivo da CPLP.



Declaração CPLP



A CPLP e a Juventude



**VIII BIENAL
DE JOVENS
CRIADORES
DA CPLP**
VILA NOVA DE CERVEIRA

A X Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP marcou institucionalmente o empenho da Comunidade para com a apresentação e discussão de temas pertinentes e atuais comuns nas áreas da Juventude e do Desporto.

Príncipe. O programa do evento contemplou a realização da Assembleia Geral do FJCLP (AG-FJCLP), cuja constituição ficou formalizada, o Seminário de Capacitação, Partilha de Boas Práticas e Desenvolvimento de Parcerias para organizações de juventude dos Estados-Membros da Comunidade, uma mesa-redonda sobre a implementação do Plano de Ação de Juventude da CPLP em 2018 e, ainda, integrou a conferência “Mobilidade Juvenil e Académica na CPLP: Desafios e Soluções”, que reuniu presidentes dos conselhos nacionais da juventude dos Estados-Membros, associações de estudantes e universidades, no Palácio Conde de Penafiel, em Lisboa.

Dentro do espírito multilateral, a cidade de Caminha, em Portugal, em julho de 2017, recebeu os representantes com esta tutela nos nove países da CPLP. Entre os documentos estratégicos debatidos, foram analisados o relatório de atividades de 2016, o plano de atividades para 2017/2018 e assuntos relativos aos Jogos Desportivos de 2018, bem como outros projetos estruturantes para o futuro desta reunião ministerial.

As semanas da juventude da CPLP têm o propósito de aprofundar o intercâmbio cultural e político entre os jovens, a partilha de boas práticas de cooperação no espaço da Comunidade, debater o papel da juventude no desenvolvimento estratégico do espaço lusófono e da agenda 2030, perspetivando o futuro da CPLP.

A reunião dos Ministros foi antecedida da reunião de Diretores Gerais de Juventude e Desporto da CPLP e pela reunião da Comissão de Juventude e da Comissão de Desporto.

Para o biénio 2018-2020, ficou decidido na AG-FJCLP que o vice-presidente do Conjuve (Brasil), Marcus Barão, assume a responsabilidade de Presidente e a vice-presidência ficou à responsabilidade da presidente do CNJ da Guiné Bissau, Aissatu Djaló.

BIENAL DE JOVENS CRIADORES

A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, participou na sessão de encerramento da VIII Bienal de Jovens Criadores da CPLP, decorrida em julho de 2017, na Vila Nova de Cerveira. A bienal é um momento de encontro entre os jovens artistas, dirigentes associativos e ONG ativas na promoção dos valores da Comunidade, com a finalidade de debaterem, trocar ideias e apresentar propostas nas áreas em que intervêm. Este evento ocorre de dois em dois anos e é promovida pela Conferência de Ministros da Juventude e do Desporto da CPLP, prevendo-se a realização da edição seguinte em 2019, em Angola.

Recordemo-nos, que a Comissão de Juventude reuniu em Caminha, Portugal, em abril de 2017, a fim de efetuar o ponto de situação sobre a execução do Plano de Ação para a Juventude da CPLP, refletiu sobre os desenvolvimentos nas políticas de juventude da Comunidade, a VIII Bienal de Jovens Criadores e a Semana da Juventude 2017.

SEMANA DA JUVENTUDE

O Fórum da Juventude da CPLP (FJCLP) organizou a “Semana da Juventude da CPLP” sob o tema “Investir na Juventude”, em parceria com a CPLP e a Câmara Municipal de Cascais (Cascais 2018 - Capital Europeia de Juventude), entre os dias 27 e 30 de novembro de 2017. Esta edição reuniu cerca de 80 jovens oriundos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e





Ética no Desporto

O Plano de Ética no Desporto na CPLP (PED/CPLP) foi aprovado na IX Reunião de Conselho de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, em Cabo Verde, Ilha do Sal, em Julho 2016. Este plano é apoiado com recursos do Fundo Especial da CPLP, e está sob a responsabilidade do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ).

Este instrumento previu a criação dos núcleos enquadrados nas respetivas direções gerais do desporto em cada país, a constituição estruturada das equipas, que compõem os diversos núcleos de coordenação nacional, a formação, acompanhamento e apoio aos diversos núcleos, o desenvolvimento de recursos pedagógicos e a operacionalização dos diversos eixos de ação - com especificidades em cada Estados-Membros da CPLP. É um projeto que envolve toda a população, principalmente crianças e jovens, escolas, universidades, clubes e coletividades, associações, federações, pessoas com de-

ficiência, agentes desportivos e população em meio prisional. Numa primeira fase o plano é implementado junto dos PALOP.

Na IX ministerial da Juventude e Desporto da CPLP, os ministros aprovaram igualmente a atribuição do Prémio Ética Desportiva, no âmbito de cada edição dos Jogos Desportivos, a qualquer agente desportivo, individual ou coletivo, dos países participantes, que tenha manifestado uma conduta reveladora da defesa dos princípios da ética. Desde 2012, que há um galardão anual!



Brochura





XI JOGOS DESPORTIVOS CPLP S.TOMÉ E PRÍNCIPE 2018

Desporto fomenta Solidariedade

Os “XI Jogos Desportivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” realizam-se em São Tomé entre os dias 17 e 22 de julho de 2018. Este Estado-Membro vai acolher mais de 690 pessoas, entre atletas, juizes, apoio médico e demais delegações, como técnicos e dirigentes, vindos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial (que participa pela primeira vez neste evento), Moçambique, Portugal e Timor-Leste. As modalidades a serem disputadas são atletismo, basquetebol 3x3, futebol, taekwondo e voleibol de praia.

Com o intuito de providenciar todas as condições necessárias para uma edição de sucesso, a CPLP atribuiu cerca de 330

mil euros de financiamento a obras de beneficiação do Liceu Nacional de São Tomé, local de acolhimento dos participantes. O protocolo de financiamento foi assinado a 30 de janeiro de 2018, na Sede da CPLP, pela Secretária Executiva, Maria do Carmo Silveira, e pelo embaixador de São Tomé e Príncipe junto da CPLP, Luís Guilherme de Oliveira Viegas, na presença do representante permanente de Portugal junto da CPLP, embaixador Mário Jesus dos Santos. A presente ação dá seguimento aos compromissos assumidos no âmbito da X Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, ocorrida em Caminha, em Portugal, entre 28 e 30 de julho de 2017, nomeadamente, à criação de condições materiais, financeiras e desportivas para a realização dos jogos.

Os Jogos Desportivos da CPLP têm como objetivo o reforço da solidariedade entre os cidadãos dos países da Comunidade, sendo que se estima que vão deixar ainda um legado de reabilitação de algumas infraestruturas desportivas e escolares, para além de contribuir para a organização do associativismo desportivo e o aumento do fluxo do turismo.

O Campeonato foi instituído em 1990, por meio de Acordo Multilateral de Cooperação assinado em Lisboa pelos Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Na época, o Brasil participou somente como observador.

JOGOS DESPORTIVOS CPLP

Edição	País	Data
I	Lisboa, Portugal	Setembro de 1992
II	Bissau, Guiné-Bissau	23 a 30 de abril de 1995
III	Maputo, Moçambique	13 a 18 de setembro de 1997
IV	Praia, Cabo Verde	20 a 28 de julho de 2002
V	Luanda, Angola	12 a 18 de agosto de 2005
VI	Rio de Janeiro, Brasil	26 de julho a 2 de agosto de 2008
VII	Maputo, Moçambique	29 de julho a 7 de agosto de 2010
VIII	Mafra, Portugal	7 a 15 de julho de 2012
IX	Luanda, Angola	23 de julho e 2 de agosto de 2014
X	Ilha do Sal, Cabo Verde	17 a 24 de julho de 2016



Saúde com consolidação estratégica na CPLP



A margem da 71ª Assembleia Mundial de Saúde, no dia 22 de maio de 2018, em Genebra, a reunião informal de ministros da Saúde dos Estados-Membros e da Secretária Executiva da CPLP foi um momento para os responsáveis por estas tutelas nacionais expressarem a satisfação com a agenda multilateral da CPLP.

“Alcançar Saúde e *bem-estar* para todos em todas as idades” é meta estratégica da CPLP até 2021. Trata-se de concretizar o enunciado do ODS 3, considerando a intersectorialidade entre todos os ODS e através da estruturação de um diálogo com o que mais influencia a Saúde.

Alinhando a Saúde com o lema da presidência brasileira em exercício da Comunidade, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o novo Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP) foi aprovado pelos Estados-Membros para o período

compreendido entre os anos de 2018 e 2021, no passado mês de abril de 2018.

O documento “PECS-CPLP 2018-2021 – Eixos Estratégicos, Áreas e Projetos” foi aprovado pelo Grupo Técnico em Saúde (GTS-CPLP), após acomodação de propostas nacionais pelas entidades assessoras FIOCRUZ (Brasil) e IHMT – Instituto de Higiene e Medicina Tropical (Portugal), com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP.

Esta dinâmica surgiu após a VI Reunião de Ministros da Saúde da CPLP ter decidido, em resolução, datada de 26 de outubro de 2017 e assinada em Brasília, mandar a elaboração do documento “PECS-CPLP 2018-2021 – Eixos Estratégicos, Áreas e Projetos”, tendo em consideração diversos factores, entre eles, “a incorporação dos princípios da Agenda 2030 no



PECS-CPLP” para acompanhar a escala do compromisso político assumido e avançar na “necessidade de garantir a eficiência e eficácia dos sistemas nacionais de Saúde”.

Nesta matéria, a partir das diretrizes estabelecidas pelos Ministros da Saúde da CPLP e das informações compartilhadas em reuniões de trabalho e em consultas aos países, foram identificados seis eixos estratégicos para a definição de projetos prioritários e metas do PECS-CPLP.

EIXOS ESTRATÉGICOS PECS-CPLP 2018-2021

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO EM SAÚDE

- Promoção e fortalecimento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde
- Fortalecimento da capacidade de formação de recursos humanos nos Estados-Membros para os sistemas nacionais de saúde

SISTEMAS DE SAÚDE

- Fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Saúde orientados pela universalidade, integralidade, equidade e qualidade
- Reforço de uma governança adequada e que dê resposta às realidades emergentes
- Melhoria do acesso a tecnologias e insumos para o diagnóstico, prevenção e terapêutica
- Apoio e qualificação da organização de serviços de manutenção de equipamentos da saúde

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

- Ampliação do acesso às informações técnico-científicas da área da saúde aos trabalhadores de saúde e pesquisadores em geral
- Ampla divulgação de políticas, estratégias e atividades dos sistemas nacionais de saúde e da cooperação técnica no âmbito da CPLP

INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE

- Geração de conhecimentos sobre a saúde e os seus determinantes

MONITORIZAÇÃO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SAÚDE E DO CUMPRIMENTO DOS ODS

- Contribuir para o cumprimento das metas da Agenda 2030 em cada um dos Estados-Membros, com especial ênfase no ODS 3 e nos impactos recíprocos entre este e os outros ODS
- Fortalecimento do papel da RINSP-CPLP e dos seus institutos membros no monitoramento e avaliação dos ODS e da Agenda 2030, em estreita colaboração com outras instâncias dos respetivos ministérios de saúde
- Fortalecimento da capacidade de realização do ODS 3

EMERGÊNCIAS E DESASTRES NATURAIS

- Ampliação da coordenação de ações e a velocidade de respostas conjuntas solidárias a situações de emergência





Redes e Alianças estruturam cooperação em Saúde

As tutelas da Saúde nos Estados-Membros da CPLP fixaram o reforço das redes e alianças já definidas anteriormente no PECS-CPLP e a criação de novas estruturas multilaterais para alavancar a cooperação nesta dimensão de sobeja importância para a Comunidade.

Na IV Reunião de Ministros, decorrida de 24 a 26 de outubro de 2017, em Brasília, tendo sempre como fio-de-prumo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento e os ODS, foi alvo de deliberação a criação da Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP. Esta decisão baseia-se na evidência de que estas redes desempenham uma função estratégica nas políticas públicas na Primeira Infância, consumando a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.

Para reforçar a aposta nas capacidades e promover o desenvolvimento institucional dos sistemas nacionais de saúde pública, foi também fixado o estabelecimento do Grupo de Trabalho permanente da CPLP em Telemedicina e Telessaúde, uma vez que são instrumentos eficazes e eficientes para diminuir as iniquidades em saúde, facilitar o acesso e melhorar a qualidade da prestação de serviços de saúde às populações.

Paralelamente, foi ainda criada uma Aliança Global contra as Doenças Respiratórias

Crónicas da CPLP (GARD-CPLP), reconhecendo o interesse e preocupação dos Estados-Membros para com estes tipos de doenças e o empenho na formação dos profissionais, em articulação com as propostas apresentadas no PECS-CPLP, nomeadamente, com a Rede da Tuberculose.

A par com os esforços dos Estados-Membros na adoção de políticas públicas tendentes à estruturação e consolidação de sistemas nacionais de saúde universais e à sua sustentabilidade, as tutelas nacionais reiteraram o compromisso multilateral de cooperação na CPLP, de concertação de posições comuns no cenário internacional e de trabalhar pelo fortalecimento da Língua Portuguesa no âmbito da OMS.

PECS-CPLP É EMBLEMÁTICO

Na I Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, realizada na Cidade da Praia, nos dias 11 e 12 de Abril de 2008, foi estabelecido o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS) da CPLP para o período 2009-2012, representando um compromisso coletivo de cooperação estratégica entre os Estados-Membros da CPLP no setor da saúde.

O Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP) 2009-2012 foi aprovado a 15 de Maio de 2009, por ocasião da IIª Reunião dos Ministros da

Saúde da CPLP, no Estoril, assente em sete eixos estratégicos. Todos eles partilham de orientação comum, ao ser ambicionada a capacitação dos recursos humanos em Saúde, fundamentada no Eixo 1 : Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde.

O PECS-CPLP define Redes de Instituições Estruturantes dos Sistemas Nacionais de Saúde. Consideram-se como principais, as Redes de: (i) Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP), (ii) Escolas Nacionais de Saúde Pública (RENSP), (iii) Escolas Técnicas em Saúde (RETS) e (iv) Centros Técnicos de Instalações e Manutenção de Equipamentos (CTIME).

Como complemento às Redes de Instituições Estruturantes dos Sistemas Nacionais de Saúde dos países da CPLP, surgem as redes temáticas de investigação, as quais dão suporte técnico-científico aos Ministérios da Saúde e às redes de instituições. Merecem especial destaque as Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP (RIDES-CPLP) em Infecções de Transmissão Sexual e VIH/SIDA, em Malária e Paludismo (RIDES-Malária) e em Tuberculose (RIDES-Tuberculose).

Saiba mais em www.cplp.org/saude



Video





FÓRUM JUVENTUDE DA CPLP E DA IBERO-AMÉRICA

O Fórum Juventude da CPLP e da Ibero-América decorreu a 25 e 26 de maio em Cascais, no âmbito do Programa oficial de Cascais 2018 Capital Europeia da Juventude, com o tema "Aliança Internacional para a Cooperação no domínio da Juventude – desafios e metas comuns nos espaços da CPLP e do OIJ". O director de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, e o assessor político-diplomático, Paulo André Lima, participaram neste evento promovido pela Secretaria-Geral da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP e pelo Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América (OIJ), cujo parceiro em Portugal é o Instituto Português do Desporto e da Juventude.



«FÓRUM CIBERCRIME» AGILIZA COOPERAÇÃO ENTRE MINISTÉRIOS PÚBLICOS

O "Fórum Cibercrime" dos Ministérios Públicos dos Estados-Membros da CPLP

reuniu-se a 7 de fevereiro de 2018, em Lisboa, Portugal, com o objetivo geral de partilha de informação sobre os quadros jurídicos nacionais, no âmbito da cibercriminalidade. A iniciativa pretendeu, também, facilitar o intercâmbio de experiências e boas práticas processuais. Temas como a formação nos domínios da cibercriminalidade e da obtenção de prova digital, bem como a adequação das legislações existentes aos desafios criados por estas novas realidades estiveram, igualmente, em debate.

Tendo a Região Administrativa Especial de Macau como observador, o "Fórum Cibercrime" é a reunião informal de especialistas dos Ministérios Públicos vocacionados para o combate ao cibercrime, criada pelo XIV Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP, em 2016. A nova estrutura informal ambiciona, de acordo com a deliberação ministerial, "agilizar a cooperação entre os diversos Ministérios Públicos, por forma a aumentar a capacidade para combater o cibercrime e melhorar a eficácia na recolha, preservação e utilização de prova digital".



LEGISPALOP+TL

ORDENAMENTO JURÍDICO DE TIMOR-LESTE NA BASE DE DADOS OFICIAL DOS PALOP

Lançada em 2009, a Base de Dados Jurídica Legis-PALOP, plataforma online que agrega Legislação, Jurisprudên-



cia e Doutrina de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, acaba de se expandir ao continente asiático, através da inclusão do ordenamento jurídico de Timor-Leste, passando a designar-se Legis-PALOP + TL. A cerimónia oficial de lançamento do Legis-PALOP+TL decorreu na sede da CPLP, a 14 de junho.

LABORATÓRIOS DE ENGENHARIA CIVIL DA CPLP REALIZARAM XXXI REUNIÃO

A XXXI Reunião de Coordenação dos Convénios de Cooperação entre os Laboratórios de Engenharia Civil da CPLP decorreu entre 21 e 25 de maio de 2018, em Lisboa. Na sessão de abertura do evento, o Director de de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, referiu que "a troca mútua destas experiências e práticas, aos mais diversos níveis, é hoje imprescindível para que a Organização possa obter o conhecimento que virá ulteriormente a enformar as suas opções políticas e estratégicas. E, cremos que a importante experiência da nossa Comunidade, com o projeto de consolidação das capacidades dos Laboratórios de Engenharia da CPLP, permitiu a confirmação deste pressuposto." Esta reunião incluiu a concretização do 9º Encontro Técnico-Científico dos Laboratórios de Engenharia da CPLP, subordinado ao tema «Sustentabilidade e apoio à Governação», decorrido no dia 21 de maio de 2018.



CPLP com Energia para Desenvolvimento



A II Reunião de Ministros da Energia da CPLP realizou-se em novembro de 2017, na Foz do Iguaçu, no Brasil. Os ministros aprovaram o Plano Estratégico de Cooperação em Energia 2018-2023 da CPLP e o Plano de Ação para o biênio 2018-2019, documentos que contêm as diretrizes para a cooperação futura da CPLP na área energética.

Os responsáveis com esta tutela nos países da CPLP reafirmaram, na oca-

sião, a importância da cooperação na área de energia para a superação dos “desafios ao desenvolvimento energético sustentável e à transição para um mundo de baixo carbono, respeitando a soberania nacional e tendo presente as necessidades e circunstâncias únicas de cada Estado-membro da CPLP”.

Entre outros assuntos, os ministros decidiram promover o uso crescente das fontes renováveis de energia e da eficiência energética para alcançar a diversificação

da matriz energética, o uso racional da energia e a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa.

A antecedente a ministerial, os pontos focais reuniram-se para ultimar este Plano - que incorpora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em concertação com o tema da presidência pro tempore brasileira da CPLP.

A agenda da ministerial previu visitas às instalações da Itaipu Binacional, conhecer projetos de geração de energia através da biomassa e resíduos sólidos urbanos, a produção de carros elétricos, no Centro de Mobilidade Elétrica Sustentável, e ainda o estabelecimento de contactos com discentes de universidades brasileiras.

Os ministros responsáveis desta tutela reuniram-se pela primeira vez no dia 23 de junho de 2015, em Cascais, Portugal.

DG RECEBE PRESIDENTE DO BAD

A Diretora-Geral da CPLP, Georgina Benrós de Mello, recebeu o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Akinwumi Adesina, em novembro de 2017, na sede da Organização. Durante o encontro foi abordada a importância do desenvolvimento socioeconómico dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, com vista ao estabelecimento de sinergias entre o BAD e a CPLP, em diversos setores, como o da energia, a agricultura, segurança alimentar e nutricional, educação, e ao nível empresarial e comercial.



Diretora-Geral da CPLP recebe Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento

Ministerial das Comunicações aprova Agenda Digital

A X Reunião de Ministros das Comunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu entre os dias 2 e 4 de junho de 2018, em Malabo, na Guiné Equatorial, focando-se nos principais desafios do setor e o papel das políticas públicas na prossecução da Declaração de Maputo, deliberada na última reunião de ministros desta tutela e aprovou a “Agenda Digital para a CPLP”. A Secretária Executiva, Maria do Carmo Silveira, participou neste encontro.

Ficou estipulado que o Secretariado Permanente da Reunião de Ministros responsáveis pelas Comunicações da CPLP, atualmente a Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP (ARCTEL-CPLP), terá de apresentar, até março de 2019, uma proposta de “Quadro de acompanhamento e monitorização para a implementação da Agenda Digital para a CPLP”, nos planos nacional e comunitário, a aprovar numa “Reunião de Pontos Focais”, a realizar até junho de 2019, sob convocatória da Presidência da Reunião de Ministros responsáveis pelas Comunicações da CPLP.

A Agenda Digital trata-se de uma ferramenta que assenta em cinco pilares, no âmbito das comunicações eletrónicas, nomeadamente, a tecnologia de informação, o comércio eletrónico, a segurança da informação, literacia digital e capacitação.

Em 2016, na anterior reunião ministerial que teve lugar em Maputo, os ministros apresentaram “Linhas Orientadoras para a Agenda Digital para a CPLP”, instruindo assim a ARCTEL no processo de elaboração da respetiva ferramenta, tomando em atenção a promoção dos seguintes pontos:

- Infraestruturas e redes de banda larga e universalização do uso das TIC;
- Conhecimento e investigação;
- Sociedade de informação e inclusão digital;
- Governação eletrónica;
- Comércio eletrónico no mercado CPLP;
- Segurança nas comunicações eletrónicas;
- Empreendedorismo, emprego e competitividade;
- Comunicações dentro do espaço da CPLP;
- Criação de mecanismos de financiamento de iniciativas dentro do espaço da CPLP;
- Desenvolvimento sustentável.

A Agenda Digital para a CPLP é entendida como um conjunto de princípios de boas práticas em matéria de estratégias digitais, identificadas nos países membros da CPLP e que poderão servir de inspiração para cada um dos Estados-Membros. Está assente em quatro pilares, as bases de natureza programática:

- I. Infraestruturas de Comunicações Eletrónicas;
- II. Serviços Digitais;
- III. Segurança Digital;
- IV. Literacia digital e capacitação.

Para cada um destes pilares, foram definidas estratégias para a concretização, as quais podem ser implementadas de forma diferente pelos Estados-Membros, respeitando assim as especificidades de cada um. Por fim, fixam-se as medidas ou ações mais concretas, as quais poderão ser utilizadas para executar as estratégias aprovadas e a visão delineada na agenda digital.

Na ministerial ocorrida em Malabo, os ministros apoiaram ainda a proposta de criação de um número telefónico único no espaço CPLP, para a recolha de doativos para a Campanha “Juntos contra a Fome”, a operacionalizar pela República da Guiné Equatorial, com a colaboração do Setor de Normalização da União Internacional das Telecomunicações (UIT-T) e com o apoio da ARCTEL-CPLP.

Anteceder a ministerial, os Pontos Focais reuniram-se em Díli, no dia 23 de março de 2018, para a prossecução de trabalhos numa Reunião Técnica Preparatória Extraordinária, na qual foram apresentadas correções ao relatório de acompanhamento das deliberações da IX Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP, o estudo e a proposta da “Agenda Digital”. Neste encontro ficou acordado que a XI Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP, prevista para 2020, teria lugar na República de Cabo Verde.

No âmbito das comunicações, importa referir que, o Secretariado Executivo da CPLP atribuiu apoio institucional ao 9º Fórum das Comunicações, numa edição dedicada à “Cibersegurança na CPLP” realizada em Díli, no dia 22 de março de 2018. Este evento, organizado pela ARCTEL-CPLP – que possui estatuto de Observador Consultivo da CPLP, atribuído na XIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, durante a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 2014, na cidade de Díli – e a Associação de ccTLDs de Língua Portuguesa (LusNic), com o apoio da Autoridade Nacional das Comunicações de Timor-Leste (ANC), proporcionou uma reflexão em conjunto sobre a segurança da informação nesta era digital, promovendo a cooperação multilateral entre Estados-Membros na área das telecomunicações.



A CPLP, AS PESSOAS E O FUTURO

O pensamento dominante em toda a argumentação à volta das condições para a emergência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) remete para a coexistência de várias identidades, onde se destaca a língua, todas elas enriquecidas por uma base plural de irrefutável valor cultural. Das dissertações que fundamentam essa asserção, elege-se as palavras certeiras do Prof. Lúcio Pinto, que, a propósito da comemoração do 22º aniversário da CPLP, em São Tomé, terá dito que *“se Portugal estava sozinho, à partida, [...] estamos todos [Países de Língua Oficial Portuguesa] juntos no ponto de chegada, no da construção da CPLP. Por conseguinte, o que nos une é a história e a cultura [...] que comungamos no presente.”* O autor dessas afirmações chega à sua conclusão depois de uma longa explanação histórica com um enfoque sobre a baixa idade média, período em que Portugal se convergiu com outros povos, particularmente africanos e brasileiro, através das suas epopeias marítimas através dos oceanos Atlântico e Índico. Portanto, pode-se afirmar, com propriedade, que o soerguimento da entidade política denominada CPLP é o corolário natural da existência de um substrato identitário, de base geográfica alargada. A CPLP tem, pois, de existir, por natureza!

Sem embargo as condições favoráveis, ou ideais, à sua epifania, a CPLP, em vida há já 20 anos, afigura-se ainda, para a sua matriz – as pessoas que compõem o mosaico de língua portuguesa, como um corpo estranho. Com efeito, os Chefes de Estado e de Governo dos países respetivos encontram-se em cimeiras a cada 2 anos, os Ministros dos Negócios Estrangeiros / Relações Exteriores reúnem-se anualmente, e as reuniões na Sede são frequentes, assim como

é cada vez mais vasto o temário *sub-examen*. Mas, é forçoso concluir-se que a Organização não tem logrado chegar às pessoas comuns. Sendo certo que o indivíduo, ontologicamente considerado, deve constituir o centro gerador das preocupações públicas e políticas, a própria Organização tem de problematizar mais densamente o seu papel e, porventura, abrir as suas discussões à sociedade e à classe académica, em particular, em busca de um modelo que a leve a um patamar de maior legitimização popular.

Discorrendo sobre o esteio da Comunidade, não pode deixar-se de focar a sua geometria invariável, pois não são muitos os países falantes do Português, sendo esse elemento um fator crítico para o seu natural aprofundamento. Têm-se achegado à CPLP numerosos Estados candidatos ao estatuto de Observador Associado, qualidade que, não minando a estabilidade da sua geometria, pode, ao invés, aportar contributos nos domínios em que a organização é chamada a intervir.

A complexidade crescente da vida internacional, ou do sistema-mundo, e os desafios emergentes para os Estados dão sinais às organizações internacionais no sentido de que a sua importância na vida das pessoas tem de ser consideravelmente tangível. O princípio da subsidiariedade tem, no caso em apreço, de ter conteúdo substantivo e levar os indivíduos de uma comunidade a experimentar as vantagens da pertença ao respetivo agrupamento, sob pena do esvaziamento deste no imaginário desses cidadãos. Na verdade, a valorização da CPLP pela via do seu reconhecimento pela base fundante - os cidadãos dos Estados-Membros, poderá, até, elevar a Organização a um patamar em que ela

se torne uma referência ao ponto de poder, eventualmente, fornecer contributos para a regulação de alguns problemas básicos da humanidade. Como já afirmado, a crescente complexidade do mundo, gerando múltiplos centros de decisões, dita a necessidade do robustecimento da CPLP, sob pena da sua banalização futura. Diga-se, a bem de todos, que a CPLP tem o potencial de se constituir como expressão máxima da identidade de valores e, também, da identidade de destino dos povos que falam português, mas ela tem de carrear o seu substrato – as pessoas com as suas preocupações e expectativas – para o seu centro de discussões e tomadas de decisões.

Este enfoque da organização sobre as pessoas poderia, a guisa de exemplo, culminar, numa fase posterior, na institucionalização, no seio da CPLP, de um compromisso sob o vértice “esforço de coesão” o qual passaria a constituir a força motriz para impulsionar os Estados-Membros em busca de um nivelamento das condições de vida em todo o seu espaço, tendo como referência de base os melhores indicadores de desenvolvimento estrutural e humano existentes na Comunidade.

Note-se: ninguém, em pleno uso das suas faculdades, ousaria questionar a necessidade de instituições como a Polícia ou Bombeiros. Mas se estes não cumprirem as suas principais responsabilidades, não protegendo as pessoas ou não as socorrendo, poder-se-á, validamente, indagar sobre a sua utilidade. Pois bem, a utilidade fática de uma entidade política tem de extravasar o discurso de atores políticos para entrar na corrente da opinião espontânea dos cidadãos. É comum dizer-se, em linguagem futebolística, que ‘equipa que joga para empate, perde o jogo’; a ideia

subjacente é a da convocação a uma maior ambição. Esta mensagem cola-se adequadamente à CPLP. É aliás digno de registo o interesse crescente de vários Estados que vêm manifestando a vontade de adesão à CPLP mediante o estatuto de observador associado. No entanto, em contraponto assinala-se uma notória apatia dos próprios cidadãos da Comunidade. A questionação que urge fazer-se é: o que veem esses Estados que possa ser traduzido em vantagens para os seus cidadãos, que não é ainda observável pelos cidadãos da própria Comunidade? Repare-se: os grandes desígnios da CPLP são (1) a concertação político-diplomática, (2) a defesa da Língua Portuguesa e (3) a cooperação. Qual ou quais destes eixos despertam o *animus* desses Estados? Não poderá essa aproximação comportar contributos que concorram com os esforços próprios da organização com vista à superação dos desafios que ainda persistem, no plano social, em al-

gumas latitudes do espaço CPLP? Não pode, pois, deixar-se de problematizar essas e outras matérias, sempre sob o prisma do interesse maior dos cidadãos.

Enfim, a necessidade que o ser humano sente de ser incorporado em algo que transcenda a sua existência individual é satisfeita na comunidade, mas é obrigação incontornável das entidades políticas representativas das pessoas produzir as respostas aos seus anseios, como, aliás, germina do contrato social, e, desse modo, essas entidades serão capazes de assegurar a sua própria permanência, materialmente legitimada, na dialética do deve e haver.

Luís Guilherme d'Oliveira Viegas,
Embaixador,
Representante Permanente
de São Tomé e Príncipe junto da CPLP



SECRETÁRIA EXECUTIVA RECEBEU...



Embaixador de França em Portugal



Diretora do Fundo de População da ONU



Secretário Geral do G7+





CPLP avança cooperação no Comércio

Na III Reunião de Ministros do Comércio CPLP, os ministros e responsáveis pronunciaram-se sobre diversos temas, com especial destaque para os fluxos comerciais entre os países da Comunidade, para os desafios e oportunidades existentes na Ásia e para as possibilidades de investimento em Zonas de Processamento de Exploração.

Neste encontro, decorrido em março de 2018, em Brasília, os ministros reconheceram a “importância da criação de um ambiente propício ao desenvolvimento económico, industrial e social, bem como à inovação e ao empreendedorismo” nos países da CPLP e decidiram apoiar a iniciativa de seminário sobre as “Zonas de Processamento de Exportação e regimes congêneres dos países da CPLP, a fim de compartilhar experiência sobre o tema e de estimular a atração de investimentos para a implantação de projetos industriais, bem como convergir esforços para a construção de um sítio na Internet para a divulgação das Zonas de Processamento de Exportação” dos Estados-Membros.

As tutelas do comércio apoiaram, também, as iniciativas relativas ao diálogo sobre Indicações Geográficas, no âmbito da CPLP, e estimular a participação dos Estados-Membros no III Seminário Internacional de Indicações Geográficas e Marcas

Coletivas, a decorrer em agosto de 2018, em Belo Horizonte.

Os ministros tomaram, ainda, nota dos avanços registados ao nível do Fórum das Inspeções de Segurança Alimentar e Atividades Económicas da CPLP, nomeadamente, para a criação do Sistema de Alerta Rápido de promoção de entreatajuda para acudir a situações de crise nos mercados, e incentivaram a cooperação técnica nas áreas de infraestrutura da qualidade, metrologia, avaliação da conformidade, acreditação, bem como na superação de barreiras técnicas ao comércio.

Com satisfação, ficou registada a realização da Reunião das Autoridades das Agências de Promoção do Comércio e do Investimento da CPLP, em maio de 2016, e a conclusão de criação do Fórum das Agências de Promoção do Comércio e do Investimento da CPLP.

A reunião decorreu sob os auspícios do ministro brasileiro Marcos Jorge de Lima, e registou a presença de Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. A ministerial contou, também, com as alocações da Diretora Geral da CPLP, Georgina Benrós de Mello, do Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Guto Ferreira, e de um representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.



PRIMEIRA CONFERÊNCIA ECONÓMICA DO MERCADO CPLP:

UM PASSO ADIANTE NA CONSTRUÇÃO DA NOSSA COMUNIDADE

Ao assinarem a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996, os líderes das nossas Nações pretendiam reafirmar o interesse de preservar e reforçar os laços que unem os seus povos e Estados e, inequivocamente, congregam esforços para a materialização das mais nobres e legítimas aspirações das respectivas sociedades por meio do diálogo e da concertação de acções conjuntas visando dar expressão ao enorme potencial que a Comunidade encerra nos mais diversos domínios.

A língua portuguesa é a principal força motriz e propiciadora do intercâmbio fluido entre os Estados da Comunidade, tal como reiterado na Visão Estratégica aprovada na Conferência de Brasília em 2016. A Visão decenal reafirma ainda a centralida-

de da definição de políticas comuns para a sustentabilidade da CPLP, que se pretende uma associação de povos, para os povos e por eles construída, de forma gradual e com desejável ousadia e ambição.

Nos últimos anos, tem sido inquestionável o papel dos actores não-estatais na promoção da agenda da Comunidade e da sua projecção à esfera global, facto que deverá continuar a merecer a atenção das lideranças dos nove países. Muito recentemente, a Confederação Empresarial da CPLP realizou em Maputo a Primeira Conferência Económica do Mercado CPLP juntando empresários dos Estados-Membros num espírito de partilha e diálogo com os fazedores de políticas públicas. Imbuída da vontade de contribuir no processo de consolidação do sentimento de pertença ao projecto comum iniciado há mais de duas décadas, a Confedera-

ção brindou-nos com sugestões estruturantes para a actuação da Comunidade, cuja materialização poderá configurar um novo paradigma para a Organização.

Regoziamo-nos com as iniciativas que resultaram da Conferência de Maputo, porquanto estas representam mais um passo qualitativo na promoção e consolidação da mobilidade no nosso espaço, factor importante para o contínuo fortalecimento da Comunidade. Algumas das propostas da classe empresarial transcendem a dimensão meramente económica, nomeadamente a eventual criação do centro de arbitragem, apenas para mencionar, constitui uma mais-valia para a afirmação do nosso idioma comum.

O aprofundamento do diálogo com as diferentes organizações da sociedade civil dos nossos países é hoje um imperativo incontornável. É nossa expectativa que esta aproximação ajude na criação dum espaço mais aberto onde os cidadãos da CPLP possam operar e partilhar livremente e sem quaisquer barreiras. Neste espírito, consideramos oportunas todas as ponderações sobre as propostas da Confederação, por parte das autoridades nacionais competentes, tendo em conta o seu mérito para o cumprimento do nosso desiderato comum; a promoção do bem-estar de todos.

Bem haja a Confederação Empresarial da CPLP!

Bem haja a CPLP!

Joaquim Bule, Embaixador,
Representante Permanente
de Moçambique junto da CPLP





Alfândegas consolidam cooperação

A 13ª Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível das Alfândegas da CPLP realizou-se em Luanda, em maio de 2018, no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica - PICAT V Aduaneiro, para o triénio 2016-2018. Da reunião, destaca-se a continuação da aposta na promoção da Língua Portuguesa em Reuniões e Organizações Internacionais - com a manutenção de um Representante das Alfândegas da CPLP na Organização Mundial de Alfândegas no mandato de 2018-2019, o Sítio das Alfândegas da CPLP, os Grupos de Trabalho Virtuais sobre a Via Aérea e sobre a Via Marítima, sobre os Impostos Especiais sobre o Consumo, o grupo de trabalho do Sistema Harmonizado e o grupo de trabalho da Convenção de Quioto Revista, o Plano Estratégico das Alfândegas da CPLP e respetivas iniciativas de reforço de capacidades.

1ª Conferência Económica do Mercado CPLP

A 1ª Conferência Económica do Mercado CPLP aconteceu a 9 e 10 de Maio de 2018, em Maputo, Moçambique. Contando com o Apoio Institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP) organizou esta conferência para abordar “importantes temas como a caracterização do mercado e a criação de grupos de trabalho para: Mobilidade (vistos); Reconhecimento e mobilidade

profissional – envolvendo as Ordens Profissionais dos vários países; Harmonização das Relações Fiscais entre Países – Convenções de Dupla Tributação; Constituições de Empresas de Capital Estrangeiro (países da CPLP); Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação da CPLP; Manual de Ética e de *Compliance* das Empresas e Energia na CPLP”. A Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, deslocou-se a Maputo para participar no evento.



Síntese



contos tradicionais da cplp



CPLP

Aplicação disponível para
Apple, Android e PC/windows



XII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP

ILHA DO SAL • CABO VERDE

WWW.CIMEIRACPLP.CV

Reuniões Estatutárias

17 e 18 de Julho

XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo

16 de Julho

XXIII Conselho de Ministros

14 de Julho

215ª Sessão do Comité de Concertação Permanente

13 de Julho

Reunião do Grupo de Trabalho preparatório do CCP

11 e 12 de Julho

XXXVII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

Reuniões Paralelas

16 de Julho

II Reunião Plenária do CONSAN-CPLP

15 de Julho

Evento "GIAHS/Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial"

14 de Julho

Reunião do Secretariado Permanente do CONSAN-CPLP

13 de Julho

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Nutrição e Sistemas Alimentares

12 de Julho

Fórum de Soberania Alimentar das Organizações da Sociedade Civil

